



SERVIÇO JESUÍTA AOS REFUGIADOS
PORTUGAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019



Introdução

1. Introdução.....	6
2. Organização e equipa	8
3. Voluntariado.....	9
4. Caracterização dos Utentes.....	11
4.1. Enquadramento geral.....	11
4.2. Centro de Atendimento	11
4.3. Caracterização geral dos atendimentos efetuados no Centro de Atendimento.....	15
5. Ação na área social, sócio legal e saúde	18
5.1. Enquadramento	18
5.2. Dados estatísticos e atividades desenvolvidas.....	18
5.3. Avaliação Global.....	25
6. Ação no domínio da empregabilidade	27
6.1. Enquadramento	27
6.2. Dados estatísticos e atividades desenvolvidas	27
6.3. Avaliação Global.....	31
7. Ação no domínio da formação/capacitação.....	33
7.1. Enquadramento	33
7.2. Dados estatísticos e atividades desenvolvidas.....	33
7.3. Avaliação Global.....	37
8. Acolhimento temporário de migrantes – Centro Pedro Arrupe (CPA).....	39
8.1. Enquadramento	39
8.2. Perfil dos Residentes	39
8.3. Principais etapas de intervenção com os residentes:.....	40
8.4. Avaliação Global.....	43
9. Atividade psicossocial com os migrantes detidos (UHSA)	45
9.1. Enquadramento	45
9.2. Dados estatísticos e atividades desenvolvidas.....	45
9.3. Atividades Desenvolvidas:.....	47
9.4. Avaliação Global.....	48
10. Projeto Mediadores Municipais Interculturais (PMMI)	50
10.1. Enquadramento	50
10.2. Dados estatísticos das atividades desenvolvidas.....	50
10.3. Avaliação Global.....	51
11. Acolhimento de refugiados – Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR).....	53
11.1. Enquadramento	53
11.2. Dados estatísticos e atividades desenvolvidas.....	53
11.3. Avaliação Global.....	54
12. Acolhimento de refugiados - Centro de Acolhimento Temporário de Refugiados (CATR)	56

12.1.	Enquadramento	56
12.2.	Dados estatísticos e atividades desenvolvidas	56
12.3.	Avaliação Global.....	60
13.	Acolhimento de refugiados - Centro de Transição de Refugiados (CTR) de Évora 61	
13.1.	Enquadramento	61
13.2.	Dados estatísticos e atividades desenvolvidas	61
13.3.	Avaliação Global.....	63
14.	Acompanhamento de refugiados – Gabinete de Habitação.....	64
14.1.	Enquadramento	64
14.2.	Dados estatísticos e atividades desenvolvidas	64
14.3.	Avaliação Global.....	65
15.	Comunicação	67
15.1.	Enquadramento	67
15.2.	Dados estatísticos e atividades desenvolvidas	67
15.3.	Avaliação Global.....	71
16.	Advocacy.....	72
16.1.	Enquadramento	72
16.2.	Dados estatísticos e atividades desenvolvidas	72
16.3.	Avaliação Global.....	73
17.	Nota final.....	74
	Anexo: Parcerias 2019.....	76
	Anexo: Projetos JRS Portugal 2019.....	79

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Centro de Atendimento: Documentação apresentada no ato de registo....	14
Tabela 2 – Centro de Atendimento: Situação legal no ato de registo.....	14
Tabela 3 - Utentes únicos por área de atividade.....	14
Tabela 4 - Centro de Atendimento: distribuição dos atendimentos por área de atividade.....	15
Tabela 5 - Centro de Atendimento: Distribuição dos atendimentos por dia útil por gabinetes.....	16
Tabela 6 - Centro de Atendimento: Número de vezes que um utente se dirigiu aos diferentes gabinetes	17
Tabela 7 – Centro de Atendimento: N.º. de utentes que recorreram a dois ou mais serviços.....	17
Tabela 8 – Academia: Ações de Formação desenvolvidas.....	37
Tabela 9 – UHSA: Atividades Desenvolvidas em 2019	48
Tabela 10 – PAR: Total Acolhimento da PAR	54
Tabela 11 – PAR: Ponto de situação da PAR no âmbito da Reinstalação	54
Tabela 12 – PAR: Número total de acolhimento da PAR	54
Tabela 13 – CATR: Números gerais 2019	56
Tabela 14 – Habitações Autónomas JRS Portugal: Números gerais 2019	56
Tabela 15 – CTR Évora: Números gerais de 2019	61

Índice de Figuras

Figura 1 – JRS Portugal: Organograma	8
Figura 2 – Centro de Atendimento: Dispersão de nacionalidades	12
Figura 3 – Academia JRS: Organograma	33
Figura 4 – Academia: Cartazes de Divulgação	35
Figura 5 – CATR: Nacionalidades representativas de África	57
Figura 6 – CATR: Nacionalidades representativas do Médio Oriente	57
Figura 7 – CATR: Fluxograma de apoio prestado na Saúde Física	57
Figura 8 – CATR: Fluxograma de apoio prestado na Saúde Mental.....	58

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Voluntariado: Voluntários ativos em 2019	9
Gráfico 3 – Voluntariado: Frequência do Voluntário.....	10
Gráfico 4 – Centro de Atendimento: Países de proveniência dos migrantes acompanhados.....	12
Gráfico 5 - Centro de Atendimento: Distribuição dos utentes por classe de idade	13
Gráfico 6 – Centro de Atendimento: Concelhos de Residência	13

Gráfico 7 - Centro de Atendimento: Distribuição mensal dos atendimentos.....	16
Gráfico 8 – Apoio Social: Áreas de Intervenção no PII.....	19
Gráfico 9 – Apoio Social: Apoios pedidos.....	20
Gráfico 10 – Apoio Social: Apoios Concedidos.....	20
Gráfico 11 – Emprego: Distribuição mensal das colocações.....	28
Gráfico 12 – Emprego: Colocações no ano de 2019	30
Gráfico 13 – Centro Pedro Arrupe: Entradas e Saídas dos Residentes	40
Gráfico 14 – Centro Pedro Arrupe: Tempo de Permanência	41
Gráfico 15 – UHSA: Distribuição Geográfica e por Género.....	45
Gráfico 16 – UHSA: Menores por nacionalidade	46
Gráfico 17 – UHSA: Idades.....	46
Gráfico 18 – UHSA: Tipo de fim de instalação	46
Gráfico 19 – UHSA: Tempo de Permanência	47
Gráfico 20 – PMMI: Total de ações executadas em 2019	50
Gráfico 21 – CATR: Acompanhamentos efetuados ao nível da saúde física	58
Gráfico 22 – CATR: Acompanhamentos efetuados ao nível de Saúde Mental	59
Gráfico 23 – CATR: Fluxo de entradas e saídas no ano de 2019.....	59
Gráfico 24 – CATR: Ocupação média mensal do CATR 2019.....	59

1. Introdução

O JRS tem a missão de Acompanhar, Servir e Defender os refugiados, deslocados à força e migrantes em situação de grande vulnerabilidade. Desde 1992 em Portugal, o JRS tem procurado estar junto dos migrantes e refugiados, procurando dar voz a quem não tem voz, onde faz mais falta, onde ninguém está.

É de realçar o trabalho desenvolvido pelo JRS Portugal no ano de 2019, tendo acompanhado no total 2464 migrantes e refugiados provenientes de 73 países, nas diferentes áreas e projetos desenvolvidos ao longo do ano. No Centro de Atendimento realizaram-se 10889 atendimentos, acompanhando 2356 utentes que procuraram apoio social, psicológico, apoio médico e medicamentoso, apoio jurídico e apoio à integração profissional e formação. No Centro Pedro Arrupe foram acolhidas 59 pessoas, as quais permaneceram em média no CPA 7 meses. Por sua vez, o CATR acompanhou 52 pessoas com uma média de permanência de 8 meses.

No Porto, além da equipa presente na UHSA, o JRS Portugal passou a contar também com um mediador no âmbito de uma parceria com a Câmara Municipal do Porto.

Importa também salientar que no ano de 2019, o Centro de Transição de Refugiados em Évora iniciou a receção de refugiados, tendo acompanhado 57 pessoas (14 famílias) ao abrigo do Programa Europeu de Reinstalação e dos Barcos Humanitários. O centro serviu de apoio à estrutura de acolhimento da PAR que posteriormente fez a ponte com as Instituições Anfitriãs.

No ano de 2019 verificou-se ainda um reforço do trabalho de *advocacy* junto dos decisores políticos, sendo exemplo disto o lançamento do *Livro Branco sobre os Direitos dos Imigrantes e Refugiados em Portugal – problemas práticos e soluções*; o livro apresenta sugestões práticas concretas que podem contribuir para a resolução destes problemas e melhorar os processos de integração do migrantes e refugiados em Portugal.

Por fim, também no ano de 2019 foi implementada uma nova Base de Dados com vista à melhoria do trabalho realizado pelo JRS Portugal nas diferentes áreas, através da facilitação da partilha de informação e encaminhamento intrainstitucional.

Todo o trabalho realizado foi acompanhado por uma busca incessante de meios financeiros que permitiram dar resposta às necessidades dos utentes acompanhados e melhorar as suas condições através da candidatura a novos projetos, quer sejam de organismos oficiais (nacionais ou comunitários), quer sejam de organizações privadas.

Todos estes feitos foram conseguidos pela equipa, cada vez mais numerosa e por todos os voluntários que fazem o seu papel eximamente e indispensável para

continuar a apoiar com hospitalidade todos os que procuram o JRS principalmente os que se encontram em situação grande vulnerabilidade.

O JRS agradece, assim, a todos os que fizeram parte da sua missão, nomeadamente parceiros. doadores com a qualidade que testemunhámos em 2019.



André Costa Jorge

Diretor-Geral

2. Organização e equipa

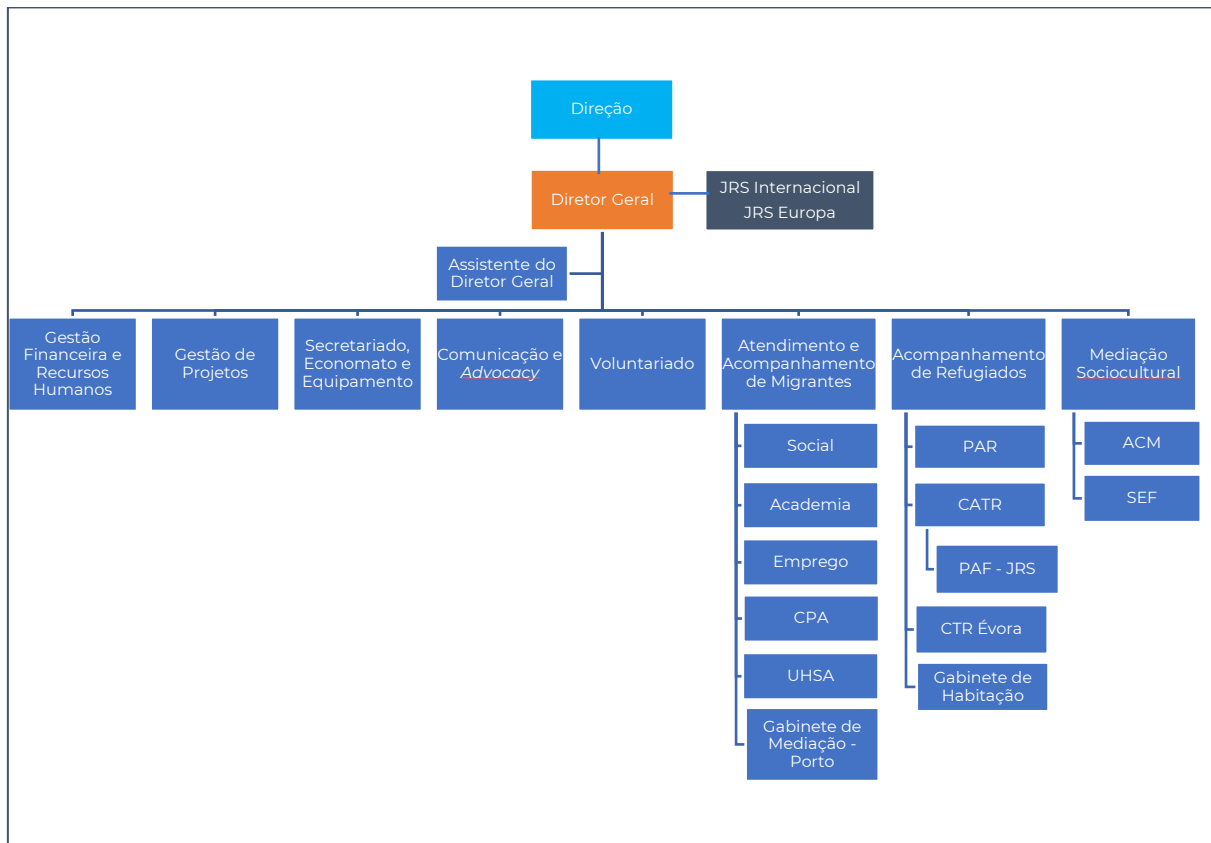


Figura 1 – JRS Portugal: Organograma

O modelo de organização do JRS sofreu algumas alterações relativamente ao ano de 2018, em parte resultado dos novos projetos que iniciaram no ano de 2019 e que potenciaram a implementação de novas respostas. Assim, no ano de 2019, verificou-se a criação de um novo Gabinete de Mediação na cidade do Porto, integrado na Área de Atendimento e Acompanhamento de Migrantes, bem como a criação de um Gabinete de Habitação no âmbito da Área de Acompanhamento de Refugiados.

Ao longo do ano de 2019, colaboraram no Centro de Atendimento, CPA, CATR, e CTR Évora, para além dos 81 voluntários, **54 funcionários** e 3 estagiários.

No ano de 2019, verificou-se a manutenção do Protocolo de Mediação com o SEF, mantendo-se a colaborar com o JRS Portugal **26 mediadores** nas instalações do SEF, bem como **1 mediador** no ACM.

3. Voluntariado

O voluntariado continua, em 2019, a ser uma das áreas de relevo do JRS Portugal. Tal como no ano anterior todos os gabinetes tiveram a colaboração de voluntários, bem como os centros de acolhimento, onde a expressão dos voluntários é mais significativa.

O voluntariado é uma área na qual existe alguma rotatividade de pessoas, o tempo e a permanência que cada um dedica também é muito variável (dependendo da disponibilidade).

O JRS Portugal chegou ao fim do ano de 2019 com **81 voluntários ativos** e estão distribuídos pelas várias valências do JRS:

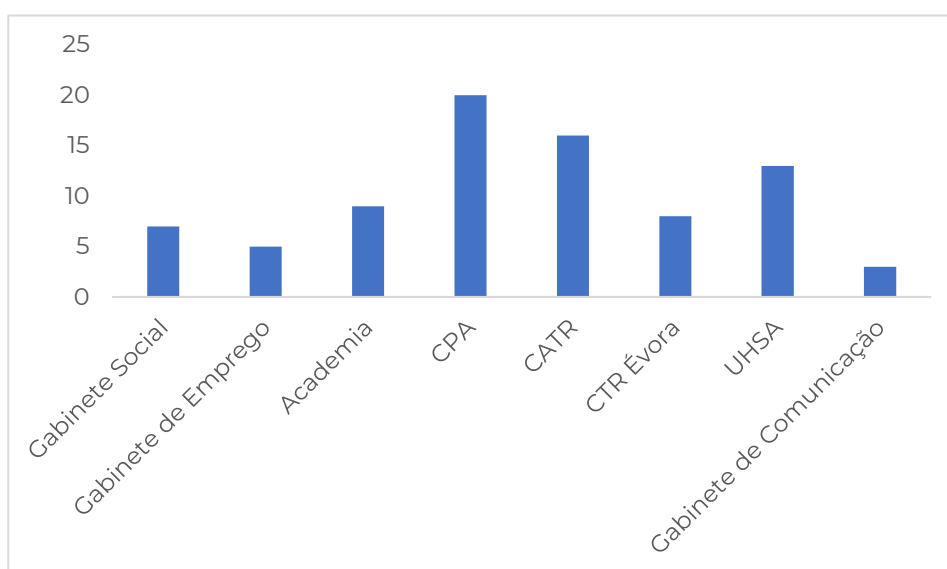


Gráfico 1 – Voluntariado: Voluntários ativos em 2019

Os voluntários participam nos vários serviços, desenvolvendo variadas atividades, sempre alinhados e apoiados pelos coordenadores de cada gabinete. Nestas atividades podemos salientar as tutorias, a formação e a saúde, tendo sido todas asseguradas, na sua maioria, pelos voluntários.

É de salientar também o tempo dedicado por cada voluntário ao JRS Portugal, sendo que esta colaboração é realizada por períodos relativamente curtos, de acordo com a seguinte frequência:

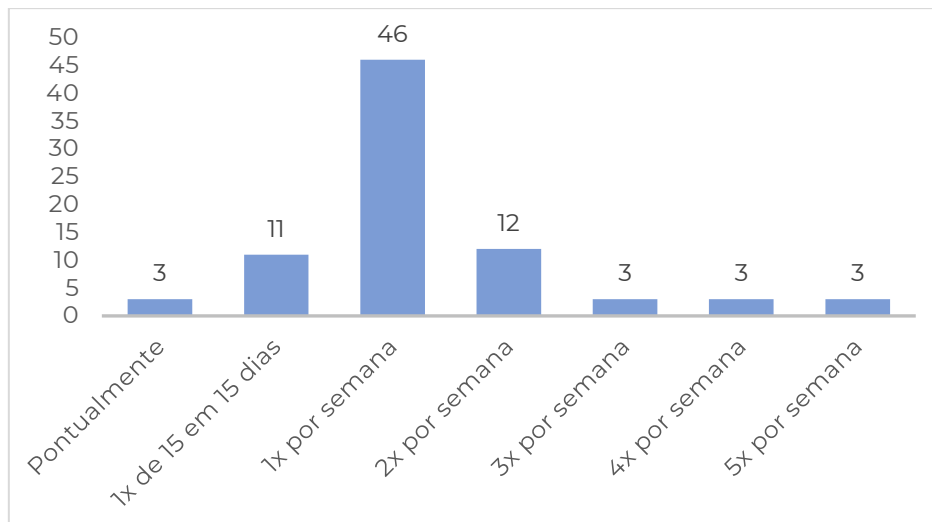


Gráfico 2 – Voluntariado: Frequência do Voluntário

É evidente que a grande maioria dos voluntários tem uma frequência assídua uma vez por semana.

Relativamente ao número total de voluntários face ao ano passado de 2018, registamos uma ligeira descida de um total de 87 voluntários em 2018 para um total de 81 voluntários em 2019, sendo que 18 destes voluntários iniciaram a sua atividade em 2019 e os restantes 63 mantêm-se dos anos anteriores.

4. Caracterização dos Utentes

4.1. Enquadramento geral

Ao longo do ano de 2019, o JRS Portugal acompanhou migrantes e refugiados em diferentes contextos, nomeadamente no Centro de Atendimento (onde também se incluem os residentes acolhidos no Centro Pedro Arrupe), na UHSA – Unidade Habitacional de Stº António (migrantes em situação de detenção) e no CATR – Centro de Acolhimento Temporário de Refugiados e no CTR – Centro de Transição de Refugiados em Évora.

De uma forma geral o JRS Portugal apresenta os seguintes números globais de atendimento/acolhimento referentes ao ano de 2019, os quais são expressivos e demonstram o trabalho que o JRS Portugal desenvolveu ao longo do ano, bem como crescimento exponencial dos utentes acompanhados, reflexo dos diversos projetos que foram implementados ao longo do ano:

- Número de utentes atendidos/acolhidos: **2.464**, sendo a maioria do sexo feminino;
- Número de países de proveniência: **73**, dos quais se salientam Guiné-Bissau (27,6%), S. Tomé e Príncipe (26,8%), Angola (13,6%), Cabo Verde (4,5%) e Brasil (3,4%);
- Idade média ponderada: **39 anos**

4.2. Centro de Atendimento

O Centro de Atendimento do JRS Portugal, no ano de 2019, acompanhou um total de 2.356 utentes, dos quais 75,5% eram do sexo feminino e 24,5% do sexo masculino. Comparativamente aos últimos anos, 2017 (1.821 utentes) e 2018 (1.860 utentes), verificou-se um aumento significativo do número de pessoas acompanhadas pelo JRS Portugal, respetivamente de 2,1% e 26,7% (este último valor correspondente ao crescimento no ano de 2019).

- Proveniência (países de origem)

No ano de 2019, os diversos gabinetes do Centro de Atendimento do JRS Portugal acompanharam migrantes de 69 países de origem diferentes. No quadro abaixo pode-se verificar a dispersão das diferentes nacionalidades dos utentes acompanhados no Centro de Atendimento, com enfoque para os continentes de: África, Ásia e América do Sul.

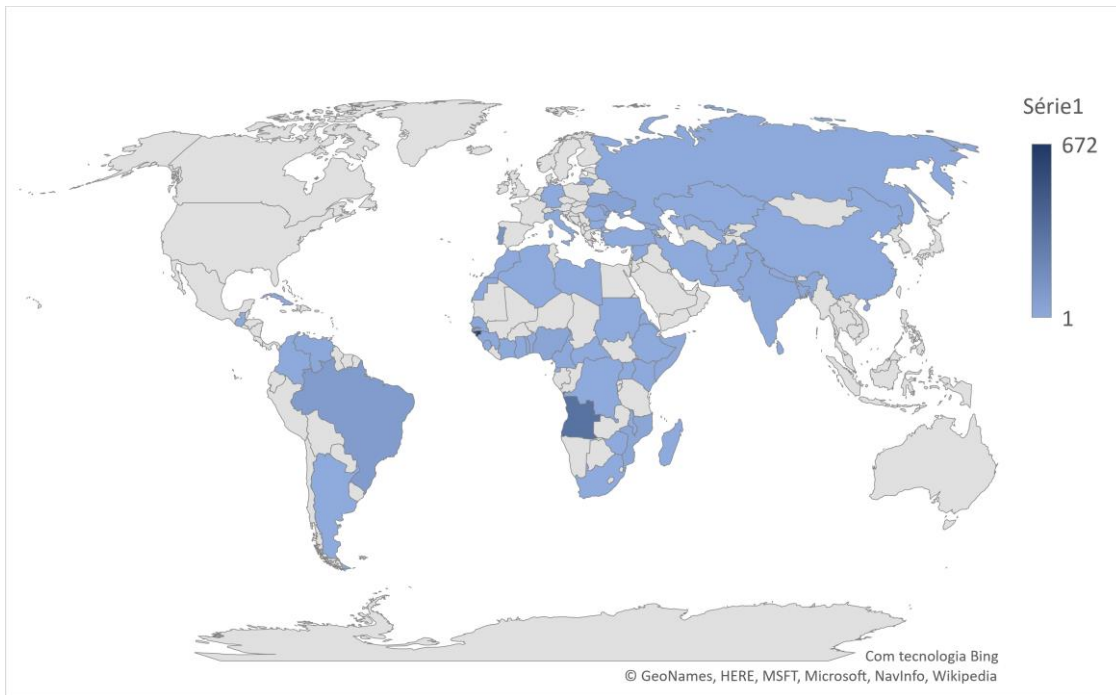


Figura 2 – Centro de Atendimento: Dispersão de nacionalidades

Quanto aos principais países de origem, verifica-se a manutenção da predominância dos PALOP e Brasil, nomeadamente, Guiné Bissau (28,5%), S. Tomé e Príncipe (27,8%), Angola (14,1%), Cabo Verde (4,7%) e Brasil (3,6%) que, no seu conjunto, representaram 78,7% do total de utentes. A título de curiosidade, importa referir que São Tomé e Príncipe era o país mais representativo no ano de 2018.

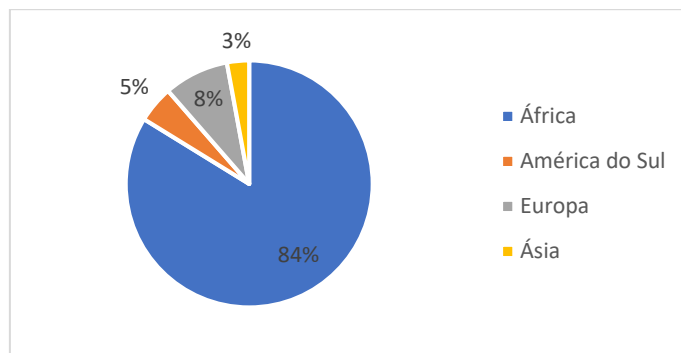


Gráfico 3 – Centro de Atendimento: Países de proveniência dos migrantes acompanhados

- Idade

A idade média dos utentes no centro de atendimento foi de 40,4 anos, distribuída pelas seguintes classes:

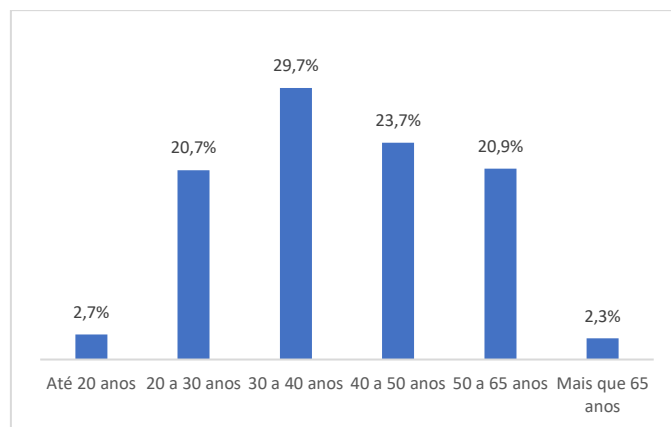


Gráfico 4 - Centro de Atendimento: Distribuição dos utentes por classe de idade

À semelhança de anos anteriores, a distribuição etária demonstra que a maioria dos utentes que se dirigiram ao JRS em 2019 se encontrava em idade ativa.

- Zona de Residência

No que se refere ao local de residência, verifica-se que metade dos migrantes acompanhados no Centro de Atendimento se encontram a residir nos concelhos de Lisboa e Loures (52% do total de utentes atendidos), seguindo-se Odivelas, Sintra e Amadora.

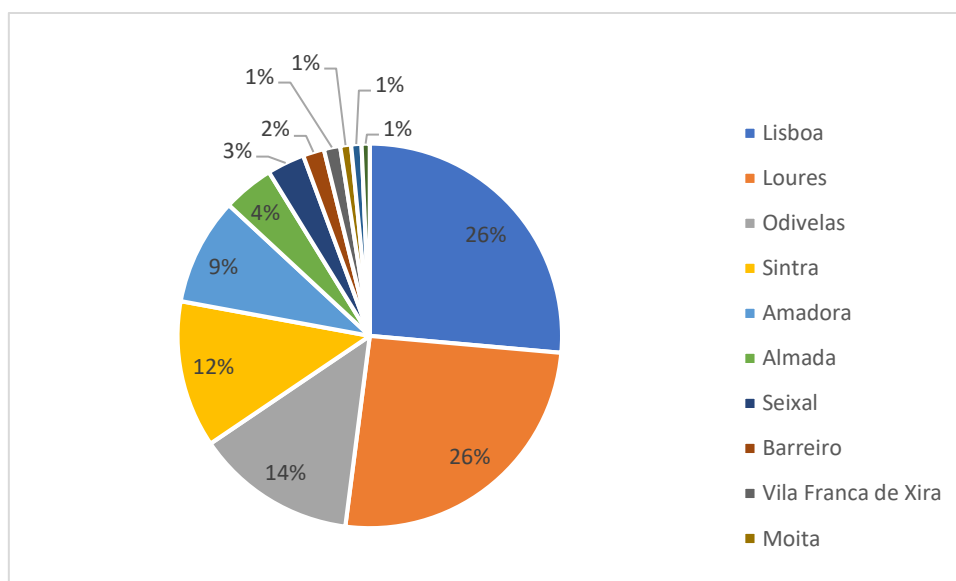


Gráfico 5 - Centro de Atendimento: Concelhos de Residência

- Documentação apresentada no ato de registo

De acordo com a documentação apresentada pelos utentes aquando do seu registo, verificou-se que a maioria dos utentes apresentou o passaporte como documento identificativo, representando 69% de todos os utentes, seguindo-se a autorização de residência para um total de 20% dos utentes atendidos.

Autorização de Residência	20%
Cartão de Cidadão	6%
Cartão de Residente	2%
Estatuto de Refugiado reconhecido	1%
Indocumentado	1%
Passaporte	69%
Visto	1%

Tabela 1 – Centro de Atendimento: Documentação apresentada no ato de registo

- Situação legal

Por sua vez, analisada a situação legal de cada utente no território nacional, verificou-se que 44,4% dos utentes se encontravam em situação irregular em território nacional quando se dirigiram ao JRS Portugal.

Irregular	44%
Autorização de Permanência	14%
Estatuto de Refugiado Reconhecido	1%
Visto válido	24%
Requerente de asilo	4%
Pedido de regularização no SEF	6%
Aquisição de nacionalidade portuguesa	2%
Nacionalidade Portuguesa	2%
Outro	3%

Tabela 2 – Centro de Atendimento: Situação legal no ato de registo

- Atendimento dos utentes pelas diferentes áreas

O número de utentes únicos que se dirigiram a cada um dos diferentes serviços do JRS Portugal está traduzido na tabela seguinte:

CLAIM	968
Diagnóstico	1 405
Emprego	1 372
Social	1 132
Medicamentos	269
Médicos	113
Psicológico	54

Tabela 3 - Utentes únicos por área de atividade

Para além dos utentes que foram acolhidos no âmbito do Diagnóstico Inicial, ação que corresponde aos utentes que se dirigem pela primeira vez ao JRS e onde se pressupõe apenas um atendimento por pessoa, é de salientar o número de utentes que são atendidos pelos gabinetes social e de emprego, mantendo a procura neste tipo de resposta para prossecução do projeto de vida dos migrantes que todos os dias recorrem ao JRS Portugal.

4.3. Caracterização geral dos atendimentos efetuados no Centro de Atendimento

No ano de 2019 verificou-se um aumento do número de atendimentos efetuados junto dos migrantes, perfazendo um total de 10.889 atendimentos. Comparativamente aos dois anos anteriores, verificou-se um aumento do número de atendimentos em relação aos últimos dois anos, nomeadamente, 9.089 atendimentos (2018) e 9.490 atendimentos (2017).

Considerando o número de 2.356 utentes únicos que se dirigiram ao JRS em 2019 e o número de atendimentos efetuados conclui-se que, em média, um utente se dirigiu 5 vezes ao JRS.

- Distribuição diferentes áreas

A distribuição dos atendimentos pelas principais áreas de atividade corresponde aos seguintes valores:

	2016	2017	2018	2019
CLAIM	554	1 172	1 406	1 812
Diagnóstico	1 046	1 111	1 132	1 405
Emprego	2 969	3 323	3 046	3 281
Social	3 546	3 267	2 732	3 270
Saúde	559	615	773	837
Medicamentos	410	480	586	613
Médicos	131	106	136	138
Psicológico	18	29	51	86

Tabela 4 - Centro de Atendimento: distribuição dos atendimentos por área de atividade

À semelhança de anos anteriores, os gabinetes Social e Emprego continuam a representar o maior número de atendimentos.

- Distribuição mensal e por dia útil

A média mensal de atendimentos no ano de 2019 foi de 916 atendimentos, correspondendo a 42 atendimentos por dia útil, valor semelhante aos dois anos anteriores, respetivamente 39 e 41 atendimentos.

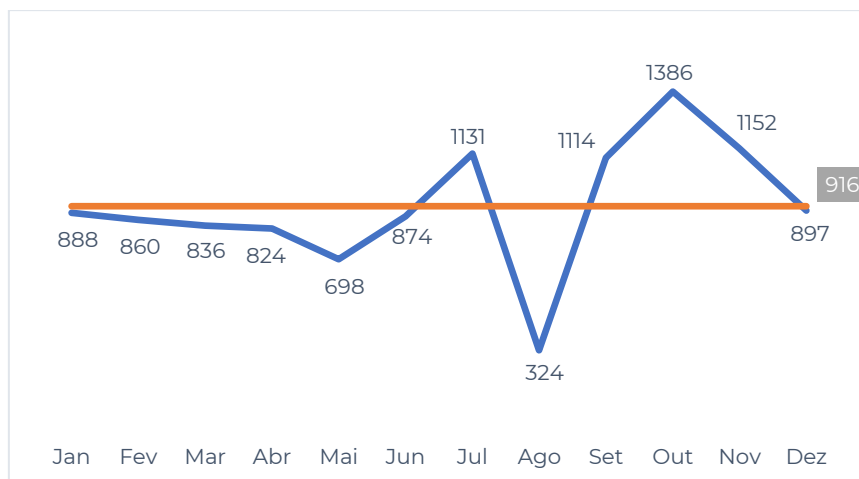


Gráfico 6 - Centro de Atendimento: Distribuição mensal dos atendimentos

No que se refere aos atendimentos mensais, verifica-se um aumento significativo dos números de atendimentos efetuados a partir de julho. Este aumento pode resultar em várias interpretações, entre as quais, a implementação de uma nova base de dados que permitiu contabilizar outros modelos de atendimento (acompanhamentos, contactos, entre outros), bem como resultado do aumento da procura de apoio por parte dos migrantes junto do JRS.

A distribuição do número de atendimentos por dia útil pelas diferentes áreas de atividade corresponde aos seguintes valores:

CLAIM	7
Diagnóstico	6
Emprego	13
Social	13
Saúde	3

Tabela 5 - Centro de Atendimento: Distribuição dos atendimentos por dia útil por gabinetes

- Número de vezes que um utente se dirige a cada uma das áreas

Com exceção do serviço de Diagnóstico Inicial, ao qual o utente apenas recorre uma vez, nas restantes áreas, verifica-se que os utentes procuram os diferentes serviços mais do que uma vez, em busca de soluções para os seus problemas. Verifica-se ainda que, excecionalmente, alguns utentes recorreram ao JRS 10 ou mais vezes, situação que se relaciona com os residentes do CPA que são acompanhados no Centro de Atendimento, bem como as Gestões de Caso que preveem um acompanhamento mais próximo e continuado com vista a uma intervenção junto das situações mais vulneráveis

Nº. de vezes	CLAIM	Diagnóstico	Emprego	Social	Medicamentos	Médicos	Psicológico
1 vez	567	1 405	611	502	143	104	41
2 vezes	214		343	266	49	11	8
3 a 5 vezes	150		316	236	56	7	4
6 a 10 vezes	35		85	90	18		2
Mais do que 10 vezes	2		17	38	3		4

Tabela 6 - Centro de Atendimento: Número de vezes que um utente se dirigiu aos diferentes gabinetes

- Utilização de vários serviços por parte de um utente

Por sua vez, considerando os vários apoios que o JRS Portugal disponibiliza no Centro de Atendimento, através dos seus diferentes gabinetes, um número significativo de utentes não se limita a recorrer isoladamente a uma das valências proporcionadas, acabando por usufruir, na maioria das vezes, de mais do que um apoio.

Diagnóstico inicial / Social	677
Diagnóstico inicial / Emprego	761
CLAIM/ Social	666
Social /Emprego	641
CLAIM /Emprego/ Social	540

Tabela 7 – Centro de Atendimento: N.º. de utentes que recorreram a dois ou mais serviços

Da análise da tabela anterior, verifica-se uma predominância de utentes que recorreram ao Gabinete de Emprego, Gabinete Social e CLAIM, resultado da procura de apoios adequados às necessidades dos utentes acompanhados.

5. Ação na área social, sócio legal e saúde

5.1. Enquadramento

O Gabinete Social do JRS Portugal em 2019 manteve a sua estrutura de atendimento e acompanhamento, nomeadamente, através da realização do Diagnóstico Inicial a todas as pessoas que procuram o JRS, sendo depois encaminhadas para atendimento específico dentro das várias valências existentes: social, legal, saúde, emprego, formação e centro de acolhimento.

Tal como o nome indica, o Diagnóstico Inicial é uma primeira análise da situação atual do migrante, tendo em conta vários domínios (legal, social, financeiro, saúde...) para depois se definir uma intervenção conjunta de forma a promover a autonomia do migrante.

5.2. Dados estatísticos e atividades desenvolvidas

- **Atendimento/Acompanhamento Social**

Após uma primeira análise, o migrante poderá ter um apoio mais contínuo ou apenas um atendimento pontual. Nas situações de maior complexidade de problemáticas a metodologia usada é de Gestão de Caso, onde um técnico social irá acompanhar todo o processo de intervenção, desenhando para isso, em conjunto com o utente, um Plano individual de Intervenção.

Em 2019, a equipa do Gabinete Social acompanhou 1132 migrantes e, destes, 128 pessoas e respetivos agregados familiares beneficiaram de um acompanhamento em Gestão de Caso, verificando-se um aumento de 20 casos relativamente ao ano de 2018. Do total das gestões de caso, 67 casos transitaram para o ano de 2020.

Os Planos Individuais de Intervenção (PII) envolvem sete problemáticas de intervenção: Regularização, Saúde, Trabalho, Apoios Sociais, Apoio Psicossocial, Alojamento e Formação. No ano de 2019 verificou-se uma pequena alteração das áreas mais trabalhadas neste tipo de acompanhamento, sendo que em 2018 a problemática que afetava um maior número de casos era o desemprego e em 2019 verificou-se uma alteração para a problemática da regularização. Conclui-se, assim, que nos 128 casos de gestão de caso, 95 foram acompanhados no processo de regularização (74%), de seguida destacou-se o apoio psicossocial presente em 88 dos casos (69%), a empregabilidade com um total de 85 (66%) e o acesso a apoios sociais em 81 casos (63%).

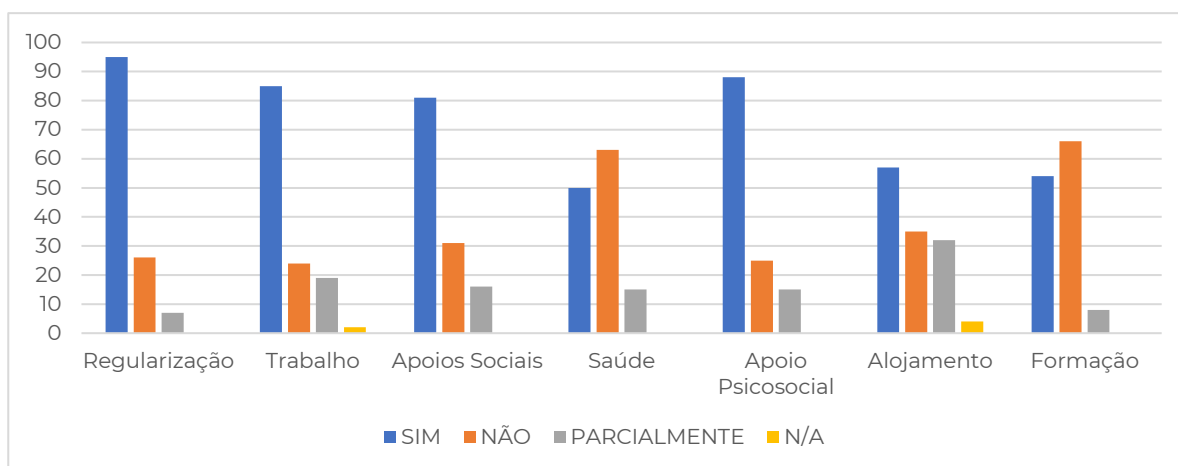


Gráfico 7 – Apoio Social: Áreas de Intervenção no PII

A concretização do PII prevê um acompanhamento mais próximo do assistente social com a finalidade de atingir os objetivos definidos inicialmente. Por vezes, verificam-se casos em que o PII não é concretizado na sua totalidade devido a fatores externos como por exemplo dificuldade no processo de regularização, desemprego e carência económica ou pouca motivação e/ou proatividade dos utentes em concretizar as ações previstas. No ano de 2019, num total de 128 gestões de caso, 61 foram fechadas ainda no decorrer do ano, sendo que destas, 14 (23%) foram fechadas com insucesso devido aos fatores identificados anteriormente. Por outro lado, 35 casos foram fechados com sucesso, ou seja 57% dos casos fechados, e 12 (20%) com uma avaliação de sucesso parcial. Comparativamente ao ano de 2018 destaca-se um aumento da percentagem de casos fechados com sucesso, mas os restantes valores não sofreram alterações significativas.

Conforme mencionado anteriormente, o Gabinete Social em 2019 teve 3270 atendimentos sendo que 26,4% dos atendimentos foram realizados no âmbito da Gestão de Caso. Do total de atendimentos em Gestão de Caso, 5% dizem respeito a visitas domiciliárias e 10% a acompanhamentos externos.

Os pedidos realizados pelos migrantes que recorreram ao Gabinete Social, quer no atendimento pontual quer em Gestão de caso (acompanhamento social) totalizaram 2535 em 2019, sendo os mais representativos:

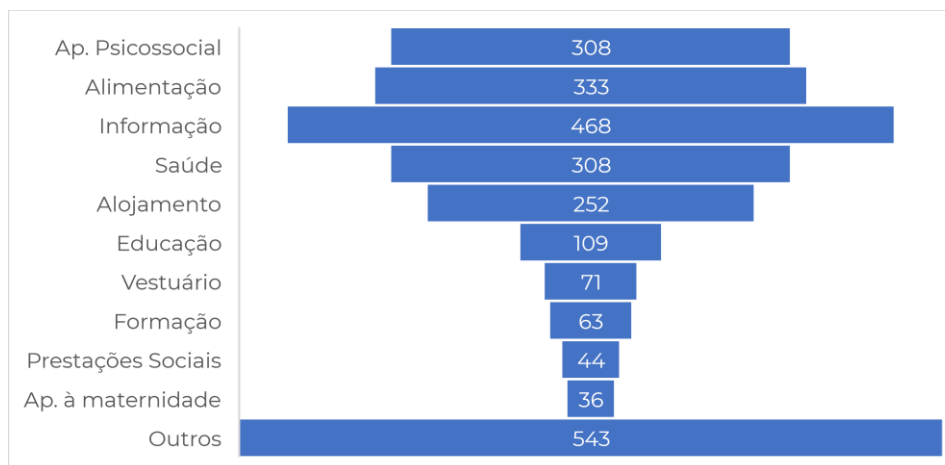


Gráfico 8 – Apoio Social: Apoios pedidos

No gráfico seguinte podemos ver número que o número de apoios concedidos pelo Gabinete Social totalizaram 3140 apoios.

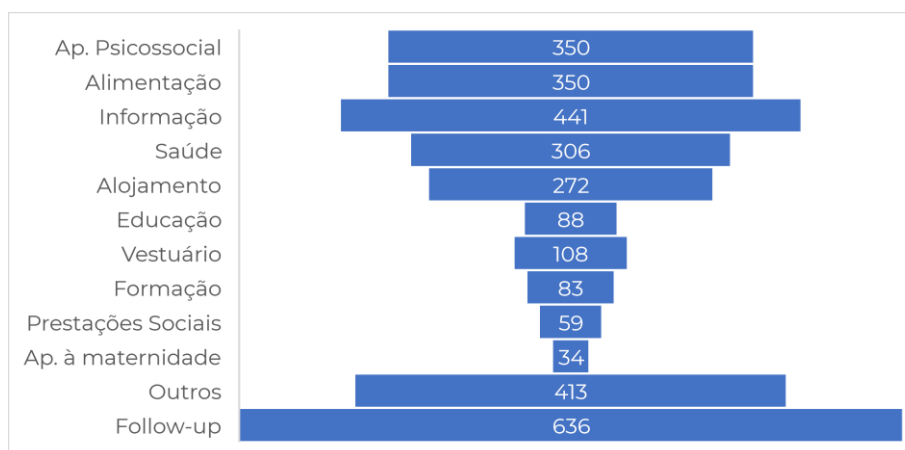


Gráfico 9 – Apoio Social: Apoios Concedidos

O Gabinete Social procura sempre dar uma resposta às solicitações dos migrantes, daí que o número de apoios concedidos ser, normalmente, superior ao de pedidos. Isto não se traduz numa abundância de respostas sociais face aos problemas, muito pelo contrário, mas num esforço para conseguir encaminhar para uma solução que possa minorar a situação atual do migrante. Por exemplo, os pedidos relativos ao alojamento, prendem-se com pedidos de apoio para encontrar uma habitação adequada, contudo 43% das respostas concedidas foram encaminhamentos para resposta de alojamento temporário em centros de acolhimento e 27% encaminhamentos para apoio social para pagamento de habitação através dos serviços sociais locais – cujo apoio também é sempre temporário. Apenas 17% das respostas dadas dizem respeito à procura de habitação, quer seja para arrendamento privado quer seja para habitação social. Portanto, conseguiu dar resposta a um

grande número de pedidos relacionados com a habitação, contudo essa resposta apenas atenua a situação temporariamente.

Associado a esta “vontade” de servir e acompanhar os migrantes que nos procuram, como parte da nossa missão organizacional, um apoio que tem grande expressão é o Apoio Psicossocial, que se traduz na escuta ativa, orientação e gestão emocional para que o utente ponha em perspetiva o seu projeto migratório e consiga “desdobrá-lo” em pequenos passos que lhe permitam manter a motivação e o foco no essencial do seu projeto, consciencializando-o para uma nova realidade muitas vezes diferente da sua expectativa inicial. Este apoio passa também por informar sobre os processos e recursos existentes para que os utentes se apropriem dos mesmos e sejam capazes de resolver os seus problemas de forma mais autónoma.

A Informação continua, à semelhança de 2018, a ser o pedido e apoio mais concedido, pois a população migrante que recorre ao JRS Portugal tem ainda pouco conhecimento do funcionamento da sociedade portuguesa, nomeadamente no que diz respeito aos seus direitos e deveres, acesso à saúde, educação, trabalho e apoios sociais. Daí que a prestação de informação e realização de sessões de informação sejam tão importantes de se realizar, de forma individual e em grupo.

Existe uma ligeira diminuição dos valores dos apoios concedidos em relação aos pedidos realizados, nomeadamente no que respeita a Informação (-27), Saúde (-2), Educação (-21) e Apoio à Maternidade (-2). Relativamente à Informação, o pedido feito neste âmbito é depois respondido com resposta concretas, como por exemplo num pedido de RSI (Prestação social) ou encaminhamento dentro da área da Saúde. Quanto à Saúde, Educação e Apoio à Maternidade, algumas vezes os pedidos não são respondidos porque os migrantes ou não preenchem os critérios necessários ou não existem respostas – a título de exemplo no Apoio à Maternidade dos 36 pedidos, 34 foram especificamente para bens materiais para bebés e, por vezes, as instituições não têm bens para dar (fraldas, carrinhos...) ou porque não preenchiem os requisitos (só apoiam mães e crianças até 1 ano, por exemplo).

Importa ainda fazer uma referência ao número com maior expressão no Gráfico dos Apoios Concedidos que diz respeito ao Follow-up, o qual não é avaliado da mesma forma que os outros apoios, pois não é necessariamente solicitado pelos utentes. Este apoio traduz-se num contacto telefónico ao máximo número possível de utentes que recorreram ao atendimento no Gabinete Social e a quem não foi aberto uma Gestão de Caso, ou seja, não beneficiou de um acompanhamento mais próximo ao longo do tempo. Neste contacto é feita uma breve avaliação da situação atual do migrante e, caso haja necessidade, é remarcado para vir novamente a atendimento.

- **Atendimento Social Itinerante**

Este tipo de atendimento é uma das respostas do Gabinete Social e surge da parceria desenvolvida entre o JRS Portugal e o Refeitório Rosália Rendu, pertencente às Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente Paulo. O refeitório é uma resposta social que assegura as necessidades mais básicas, alimentação, higiene pessoal, vestuário e lavagem de roupa, e alguns dos utentes acompanhados pelo Gabinete Social são encaminhados para esta resposta. Neste sentido, duas técnicas do GS deslocam-se uma vez por semana ao refeitório, sexta-feira, onde é realizado atendimento social e legal aos utentes que não conseguem deslocar-se à sede de atendimento.

Durante o ano de 2019 foram realizados 46 atendimentos socio/legais no Externato S. Vicente Paulo, sendo que os principais pedidos efetuados pelos utentes foram informação relacionada com regularização e o apoio social, como por exemplo apoio para alojamento, acesso a direitos, apoio psicossocial e apoio na procura de emprego.

- **Apoio Socio-legal**

Em 2019 manteve-se a relação de cooperação com a Câmara Municipal de Lisboa (CML), consequência da candidatura ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI). O CLAIM Santa Clara, como em anos anteriores, manteve-se como um gabinete de informação, orientação e encaminhamento de migrantes sobre os seus direitos e deveres, tendo como principais objetivos garantir o acolhimento, informação e apoio descentralizado, assegurando uma resposta de proximidade aos problemas específicos apresentados pelos migrantes.

Os objetivos específicos do CLAIM Santa Clara centram-se na realização do diagnóstico inicial às situações de 1ª vez; na prestação de informações sobre a sua condição de migrantes e/ou refugiados em Portugal; na concessão de informações gerais e encaminhamentos sempre que necessário (intra ou interinstitucionais); na promoção do atendimento descentralizado em sede de atendimento e através da Itinerância e na dinamização de ações de informação e sensibilização para migrantes e técnicos que trabalhem na área.

Durante 2019, o CLAIM Santa Clara realizou 3217 atendimentos, que engloba o diagnóstico inicial e os atendimentos posteriores. Estes atendimentos tiveram como principais assuntos abordados processos de regularização nomeadamente a regularização com base no art.º 88, nº 2 e no art.º 122 da Lei de Estrangeiros, o acesso ao trabalho, o apoio social, a educação, o reagrupamento familiar e questões relacionadas com a nacionalidade.

Ainda no âmbito do protocolo de cooperação com a Câmara Municipal de Lisboa, foram dinamizadas 1 ação de informação a técnicos da Associação O Ninho (junho) e

8 ações a migrantes sobre a Lei de Estrangeiros e procedimentos e Acesso a Direitos Sociais.

Estas formações permitiram que os migrantes adquirissem um maior conhecimento dos procedimentos do seu processo de regularização e possíveis dificuldades e desafios a enfrentar. Da parte dos técnicos, estes adquiriram um maior conhecimento para intervir junto da sua população alvo.

Já no âmbito das itinerâncias mantivemos um trabalho de proximidade com instituições congéneres e instituições que se encontram inseridas em áreas identificadas como tendo uma grande afluência de migrantes. Assim foram realizadas em 2019, 5 itinerâncias: 2 em fevereiro na Instituição Vitae – Associação Para o Desenvolvimento Internacional e a Associação dos Albergues Noturnos de Lisboa, respetivamente. Em maio e junho foram realizadas na Associação O Ninho. E no último trimestre o atendimento a migrantes foi realizado na Escola Básica Maria da Luz de Deus Ramos, nas Galinheiras.

- Saúde

A Área da Saúde assegura aos migrantes que se deslocam ao JRS apoio a nível do bem-estar físico e mental, através da disponibilização de consultas de clínica geral e familiar, dentista, psiquiatria e psicologia; bem como apoio na aquisição de medicamentos e realização de análises/exames essenciais para estabelecer um diagnóstico e tratamento correto. Esta área trabalha em estreita parceria com o Gabinete Social, o qual referencia os utentes para as consultas e apoio medicamentoso, assim como dá seguimento as necessidades identificadas pelos médicos.

Este apoio é essencial para a população que recorre ao JRS por se encontrarem numa situação de vulnerabilidade social e legal que impede a sua entrada no Serviço Nacional de Saúde (SNS) no qual é solicitado o pagamento da totalidade das consultas e meios de diagnóstico.

Em 2019, foi possível prestar apoio médico e medicamentoso através da presença de 1 psicóloga no JRS Portugal e da disponibilidade horária de 6 voluntários, 4 médicos de clínica geral e familiar, 2 psiquiatra, 1 psicólogo e 1 auxiliar de farmácia e técnica de análises clínicas. Através do compromisso que os voluntários apresentaram, foi possível proporcionar 287 consultas, 45% das consultas foram de clínica geral e familiar, 8% de psiquiatria e 47% de psicologia. Contudo, é visível que face ao ano de 2018 ocorreu uma diminuição nas consultas de clínica geral e familiar e na psiquiatria, resultado de uma diminuição da disponibilidade de horário que cada voluntario (motivos de saúde, alteração de horários diários, entre outros).

- Apoio médico - Clínica Geral e Familiar

Em 2019, a população assistida nas consultas de clínica geral e familiar foi na sua maioria dos PALOP's com grande incidência de Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Angola, média de idades 44 anos e do sexo feminino. Foram realizadas 124 consultas a 110 migrantes. Existiu um trabalho articulado com o apoio medicamentoso para cedência de medicamentos e marcação de exames necessários a execução de um diagnóstico fidedigno.

- Apoio Psicológico e Psiquiátrico

No que diz respeito ao apoio psicológico, o JRS Portugal acompanhou 59 migrantes, em 138 atendimentos, sendo que na sua maioria estes eram oriundos dos PALOP's e encontravam-se em idade ativa (média 38 anos). À semelhança dos anos anteriores em alguns casos não foi possível dar seguimento ao acompanhamento psicológico dado que os utentes não tinham forma de suportar, frequentemente, os custos da deslocação ao JRS Portugal. O apoio psiquiátrico acompanhou 14 pessoas, 24 atendimentos, neste apoio verificaram-se os mesmos constrangimentos no seguimento dos utentes.

Assim, as atividades desenvolvidas no JRS Portugal ao nível da saúde mental tiveram como objetivo responder a situações de grande vulnerabilidade emocional, muitas vezes, consequência da situação de solidão e isolamento, assim como apoiar migrantes que foram anteriormente diagnosticados com doenças mentais.

- Apoio Medicamentoso

O apoio medicamentoso no JRS Portugal gere o apoio a nível de medicamentos e o encaminhamento para dentista e para análises/exames. Assim, foram efetuados 613 atendimentos, sendo que 78% estiveram relacionados com medicação, 19% com encaminhamento para análises/exames que possibilitam o diagnóstico clínico dos utentes e 3% foram relacionados com pedidos de encaminhamento para dentista.

Em 2019, dos 1542 pedidos de medicamentos foram entregues 1134, ou seja 73,5% dos pedidos tiveram resposta. No que concerne as análises e os exames de complemento de diagnóstico foi possível dar resposta a 66% dos pedidos.

Foram mantidas as parcerias já estabelecidas anteriormente com a Clínica Joaquim Chaves Saúde, o IMAG - Centros de Diagnóstico e Terapêutica, o Hospital da Ordem Terceira e Clínica Médica e Diagnóstico Alto Lumiar. Deu-se ainda continuidade as 8 parcerias com farmácias que prestam apoio ao JRS Portugal. Através da parceria com a Clínica Médica e Diagnóstico Alto do Lumiar foram realizadas 16 consultas dentárias com preços reduzidos e adaptados a realidade da população que recorre a instituição.

Por último, o JRS participou nas Jornadas do Banco Farmacêutico de 2019 que resultou na criação de mais uma parceria a nível farmacêutico, assim como o contributo de 49 produtos farmacêuticos.

- **Outras Atividades**

O Gabinete Social em 2019 desenvolveu ainda outras atividades, tais como:

- Reuniões mensais de sinalização e gestão de casos entre Gabinete Social, Centro Pedro Arrupe (CPA) e Santa Casa da Misericórdia do Lumiar (para além das reuniões internas de Gestão de Caso intra-gabinete, com o CPA e com a área da Saúde Mental);
- 4 sessões de informação sobre direitos e deveres às formandas de diversos cursos da Academia do JRS-Portugal;
- 2 “seminários” de reflexão sobre os temas: “Working Cross-Culturally with Migrants and Refugees” e “Prevenção do Burn Out”;
- 2 sessões de atualização da temática Regularização e Nacionalidade entre Gabinete Social, CLAIM e Gabinete Jurídico;
- Festa de Natal com a colaboração de todos os Gabinetes do JRS, incluindo os centros de acolhimento, com o patrocínio da Jerónimo Martins, Uniself, Accenture, Loja do Condomínio e Colégio S. João de Brito. Nesta festa estiveram presentes cerca de 300 migrantes.

5.3. Avaliação Global

- **Principal problema encontrado:**

Infelizmente não houve grande evolução dos problemas apresentados em 2018. A questão da informação continua a ser pertinente bem como a “disfuncionalidade” dos serviços públicos. Estes muitas vezes não dão resposta em tempo útil; as respostas/informações do mesmo serviço nem sempre são uniforme em todos os balcões de atendimento – situações destas acontecem com o SEF, a Segurança Social e/ou as Finanças.

As dificuldades em encontrar habitação estão cada vez mais presentes não só na cidade de Lisboa, mas também na sua periferia. O aluguer de casas e de quartos, bem como os requisitos exigidos (vários meses de caução, entre outros) torna-se incomportável perante os rendimentos apresentados pelos utentes. Em 2019 esta situação veio a agravar-se sem que haja uma resposta alternativa por parte do Estado.

- **Principal problema resolvido:**

Tendo sido um dos objetivos definidos em 2018 para 2019, melhorar o acompanhamento aos migrantes, tal foi conseguido através da solidificação das

visitas domiciliárias que permitiram uma maior proximidade com os migrantes e um conhecimento mais “cru” da dura realidade vivida pelos migrantes. Foram feitas com maior regularidade, especialmente aos migrantes que se encontram em Gestão de Caso. A par das visitas domiciliárias, também se realizou um grande número de acompanhamentos dos migrantes aos serviços públicos, nomeadamente a consultas médicas, escolas e SEF, entre outros.

Também as sessões de informação sobre o processo de regularização com base no art. 88 da Lei de Estrangeiros contribuíram para a concretização de outro objetivo que é assegurar que os migrantes são informados dos seus direitos e processos de regularização. Nestas sessões há sempre um espaço aberto para diálogo e esclarecimento de dúvidas realizado em grupo o que tem um efeito potenciador do esclarecimento geral do grupo bem como a perceção de que não são os únicos com o mesmo tipo de problema.

- **Principal desafio:**

Para 2020 o principal desafio, a nível macro, prende-se com a ausência de respostas relativas aos problemas de habitação e de acolhimento. As respostas institucionais não são adaptadas à realidade e não são suficientes (ex. o valor que a Segurança Social ou Santa Casa da Misericórdia de Lisboa disponibiliza para apoiar o arrendamento de uma casa ou quarto é completamente desfasado dos preços atuais do mercado de habitação privada).

A um nível mais micro, gerir as expectativas dos recém-chegados migrantes relativas à realidade portuguesa é um desafio à intervenção. Acresce ainda que as respostas sociais para a população carenciada são escassas e quando o migrante se encontra numa situação ainda mais vulnerável sem Título de Residência, as poucas respostas existentes ainda se tornam menos acessíveis, o que deixa os migrantes em maior fragilidade.

6. Ação no domínio da empregabilidade

6.1. Enquadramento

Para promover a inclusão plena na sociedade de acolhimento o JRS dispõe de um gabinete de apoio à empregabilidade que atua tendo em conta três principais domínios: 1) Orientação Profissional e Encaminhamento, 2) Acompanhamento de Utentes e Empregadores, e, 3) Prospeção de Oportunidades de Emprego.

No ano de 2019 recorreram a este gabinete 1372 migrantes, num total de 3281 atendimentos, números que confirmam o quão importante é para a população migrante ter uma relação laboral.

6.2. Dados estatísticos e atividades desenvolvidas

Em consonância com o seu respetivo objetivo, ao longo de 2019 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

Objetivo 1) Otimizar o processo de orientação profissional e encaminhamento

- **Definir e atualizar o perfil profissional de cada utente:** para todos os utentes que se dirigiram ao JRS em busca de trabalho foram identificadas as experiências profissionais, o percurso escolar, as competências e os conhecimentos, a disponibilidade para o trabalho, etc., ou seja, toda a informação relevante para a sua orientação para eventuais oportunidades de emprego;

- **Realizar o Curriculum Vitae:** o CV é um instrumento de significativa importância para a apresentação do candidato ao empregador. Para esse efeito, foram realizados **710** novos CV's;

- **Articular com os demais gabinetes do JRS:** a intervenção da instituição pretende ser o mais holística possível, pelo que se promoveu a articulação entre todas as respostas de que o JRS dispõe, mediante a identificação de técnicos de referência, realização de reuniões, discussões de caso e realização de encaminhamentos entre departamentos.

- **Avaliar a viabilidade do Plano de Incrementação de Qualidade:** esta atividade, que visava a formação ao nível das competências pessoais, conhecimentos técnicos e posterior aplicação em contexto de trabalho em esferas privadas familiares, desenvolveu-se num projeto-piloto denominado TPC. Sendo financiado pela Caixa Social, iniciou-se em outubro, com o primeiro grupo de 5 mulheres a ser formado na área do serviço doméstico. Após uma fase inicial de capacitação pessoal e social, e da aquisição de conhecimento técnico sobre as tarefas de uma empregada doméstica, todas elas foram acolhidas em habitações privadas para a realização da formação em contexto de trabalho e 4 foram integradas profissionalmente.

- **Agilizar momentos de entrevista entre empregadores e os candidatos:** no sentido de receber os empregadores no JRS, dar a conhecer a intervenção por nós realizada e sensibilizar para a questão das migrações, foram agendadas e preparadas **53** entrevistas no centro de atendimento.

Objetivo 2) Melhorar os processos de acompanhamento dos utentes e dos empregadores

- **Monitorizar estatísticas de colocações:** a fim de acompanhar a evolução das colocações foi alimentada mensalmente uma ferramenta de monitorização das colocações, que totalizou o número de **360** colocações. O gráfico seguinte demonstra a distribuição mensal das mesmas, onde se constata uma quebra nos meses de agosto e dezembro por associação à dinâmica da própria instituição, que encerra por esses períodos:

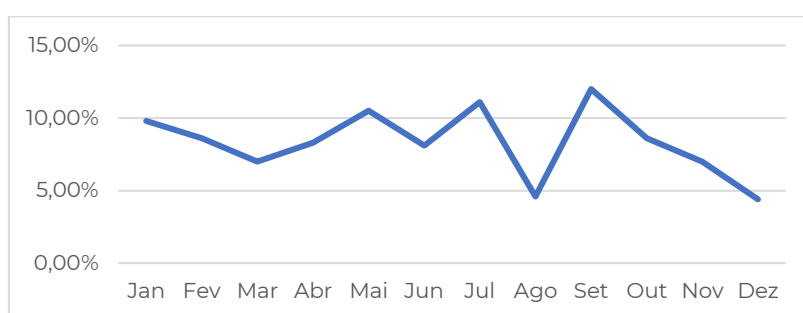


Gráfico 10 – Emprego: Distribuição mensal das colocações

- **Realização de *Follow-up* aos utentes inseridos no mercado laboral e aos respetivos empregadores:** dada a escassez de recursos humanos necessários à concretização desta ação, não foi possível atingir o objetivo de realizar dois contactos de *follow-up* com empregador e empregado colocado. Não obstante, da articulação estabelecida com os empregadores foi possível apurar uma média de satisfação com o trabalhador a rondar os **4.4**, numa escala de 1 a 5 (em que 0 = Não corresponde e 5 = Corresponde plenamente), avaliando competências como a assiduidade, competência, empatia, pontualidade, postura e responsabilidade

- **Sistematização e partilha de informação sobre necessidades de formação/dados de empregabilidade:** foram realizadas 4 reuniões com a academia, a fim de disponibilizar a informação recolhida em contexto de atendimento aos utentes e na articulação com os empregadores, para que a mesma possa ser integrada da melhor forma nas formações desenvolvidas ou a projetar. Simultaneamente, desde o 2º semestre do ano foram registados em ferramenta própria os interesses/necessidades de cada utente para a sua capacitação;

- **Referenciação de grupos para formação de atualização de conhecimentos:** em articulação com os empregadores e também com os utentes foram sinalizados 4

casos de necessidade de aperfeiçoamento de competências, tendo sido colocada à disposição de cada um a devida formação à medida, no sentido de promover a manutenção do posto de trabalho;

- **Referenciação de grupos de apoio/formação interpares:** esta atividade foi desenvolvida no âmbito do projeto TPC, de forma a trabalhar a autoestima, o sentimento de pertença e a partilha de emoções ao longo da preparação para a integração laboral e no decorrer da mesma. Assim, foi dinamizado um grupo de 5 mulheres ao longo de **15** sessões;

- **Informação junto dos migrantes sobre direitos e deveres do trabalhador migrante:** este é um tema que foi sendo abordado no decorrer dos atendimentos realizados, de forma a desenvolver consciência sobre as questões da exploração laboral, para a qual a população migrante é um público vulnerável, pois mormente desconhece a lei do trabalho ou tem mitos a ela associados. Esta atividade foi também complementada pelas ações de formação dinamizadas pelo Gabinete de Emprego;

- **Reestruturação da formação de Técnicas de Procura de Emprego:** de forma a melhor adaptar os conteúdos da formação aos perfis dos utentes foram realizadas melhorias em todos os módulos criados, tornando a matéria mais inteligível e prática. Foi ainda criado um módulo único, que compila os aspetos mais importantes abordados nas 4 sessões que constituem a formação.

- **Dinamização de formações de Técnicas de Procura de Emprego:** para incentivar a autonomia dos utentes na procura de trabalho, foram dinamizadas **13** ações formativas, que abordaram temas como *meios de procura de emprego*, *formalização de candidaturas*, preparação da *entrevista*, *direitos e deveres laborais*, entre outros;

- **Encaminhamento de casos de irregularidade laboral para as entidades competentes na matéria:** em todas as situações em que foi constatada a ocorrência de exploração laboral, desrespeito pelos direitos do trabalhador ou irregularidades na relação de trabalho estabelecida e a mesma não pode ser sanada pela intervenção dos técnicos, procedeu-se à devida indicação para a ACT, num total de **10** encaminhamentos;

- **Divulgação do manual dirigido a empregadores sobre direitos dos trabalhadores migrantes:** abordando a questão da contratação de um trabalhador migrante e as particularidades que daí resultam, foram distribuídos **102** manuais, cumulativamente nas versões impressa e digital.

Objetivo 3) Aumentar a prospeção do mercado de trabalho

- **Tratamento de ofertas de emprego dirigidas ao JRS:** No ano em análise foram recebidas e individualmente processadas **691** ofertas, das quais resultaram **360** colocações. As demais ficaram sem efeito, devido a alteração substancial da situação que motivou a apresentação da oferta (por exemplo, impossibilidade de manter a pessoa idosa no domicílio) ou por seleção de candidato referenciado por outra fonte.

Como é sabido, a maioria das ofertas de emprego em que o JRS integra trabalhadores advém de particulares e incidem especialmente nas áreas do serviço doméstico e do apoio geriátrico, conforme demonstra o gráfico abaixo;

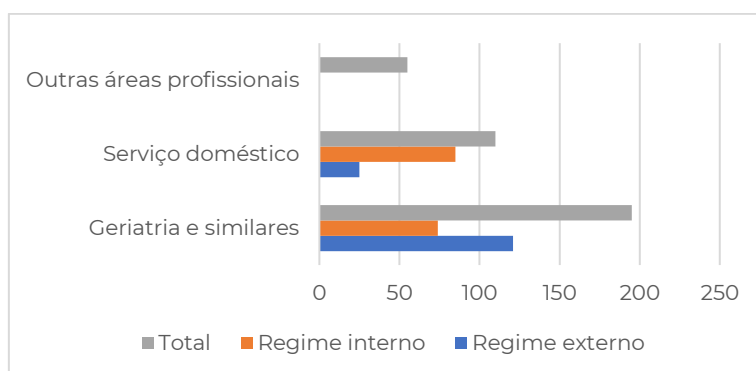


Gráfico 11 – Emprego: Colocações no ano de 2019

- **Encaminhamento para ofertas de emprego externas ao JRS:** a prospeção e resposta a anúncios de emprego, tendo em conta os perfis individuais dos candidatos, foi uma das estratégias mais amplamente utilizadas para corresponder à sua diversidade e ao elevado número de candidatos que nos procurou. Nesse sentido, foi realizada uma média mensal de **200 candidaturas** a empregos pesquisados nos sites da internet e nos classificados dos jornais;

- **Identificação de potenciais stakeholders:** no sentido de promover a divulgação da intervenção realizada e, por essa via, potenciar a integração de um maior número de candidatos no mercado de trabalho, foram mapeados 18 potenciais *stakeholders*, com os quais se entrou em contacto, resultando na concretização da atividade que se segue;

- **Estabelecimento de parcerias empresariais:** de forma a promover a diversificação de oportunidades de trabalho e a integração de diferentes perfis profissionais foram estabelecidas **4** novas parcerias, nomeadamente com as empresas Multitempo, Sparkl, Claranet e Grupo Trivalor;

- **Angariação de ofertas via Facebook:** atentos à evolução e utilização recorrente das redes sociais nos dias de hoje, intensificamos a nossa presença neste campo, divulgando o serviço de identificação e referenciação de candidatos prestado pelo

Gabinete de Emprego. Nessa sequência foi possível estabelecer contacto com cerca de **340** anunciantes de ofertas de emprego;

- **Diversificação das áreas profissionais angariadas nas ofertas:** no sentido de dar uma resposta compatível com a amplitude de perfis profissionais dos nossos utentes procurou-se angariar ofertas de emprego em áreas laborais diversas, tendo sido possível apresentar oportunidades de trabalho nos ramos da *indústria, construção civil, agropecuária, facility services, logística, comércio, restauração, moda, educação e serviços*.

6.3. Avaliação Global

A situação documental dos migrantes continua a ser o maior obstáculo à sua integração no mercado de trabalho. Embora a lei de imigração permita a regularização pela via do trabalho, simultânea e contraditoriamente persuade os potenciais empregadores a não contratar estrangeiros em situação irregular. Acresce que ao longo do ano de 2019 agravou-se a demora na atribuição do NISS ao novo trabalhador por parte do Instituto da Segurança Social, elemento indispensável para a regularização do processo de legalização, mas também para o pagamento das respetivas contribuições, penalizando os procedimentos contabilísticos das entidades empregadoras e deixando-as muito apreensivas quanto à contratação de pessoas nessas circunstâncias.

Felizmente, para 2020 prevê-se que esta última dificuldade seja ultrapassada mediante a atribuição imediata de NISS aquando a comunicação ao ISS da admissão do trabalhador.

Em 2019 foi também o ano em que se concretizou uma nova base de dados para o JRS, mais adaptada às necessidades reais e atuais da intervenção realizada pelo Gabinete de Emprego, com vista à facilitação de identificação de candidatos de acordo com a especificidade dos perfis requeridos pelos empregadores. Não obstante, esta ferramenta implicou muito trabalho de BackOffice (testes, adaptação da equipa à nova ferramenta, aperfeiçoamento das funcionalidades, etc.), cujo resultado só será refletido no ano de 2020.

Por último, importa ainda referir que no decorrer do ano de 2019 o Gabinete de Emprego operacionalizou a sua intervenção com menos um técnico que nos dois anos anteriores. Esse facto teve reflexo necessariamente no número de colocações obtido (360), e que em 2018 foi de 402 e em 2017 de 408.

Embora pese o extraordinário trabalho dos voluntários que colaboraram com este departamento, a sua assistência não substitui (nem deverá substituir) um técnico social.

Desta forma, porque recursos humanos assalariados dependem sempre de financiamentos externos, o desafio que se nos coloca é a identificação de um financiador que possa suplantar esta necessidade a médio/longo termo, de modo a permitir, não só a manutenção, mas também o crescimento dos padrões de qualidade pelos quais somos reconhecidos pelos migrantes e pelos empregadores

7. Ação no domínio da formação/capacitação

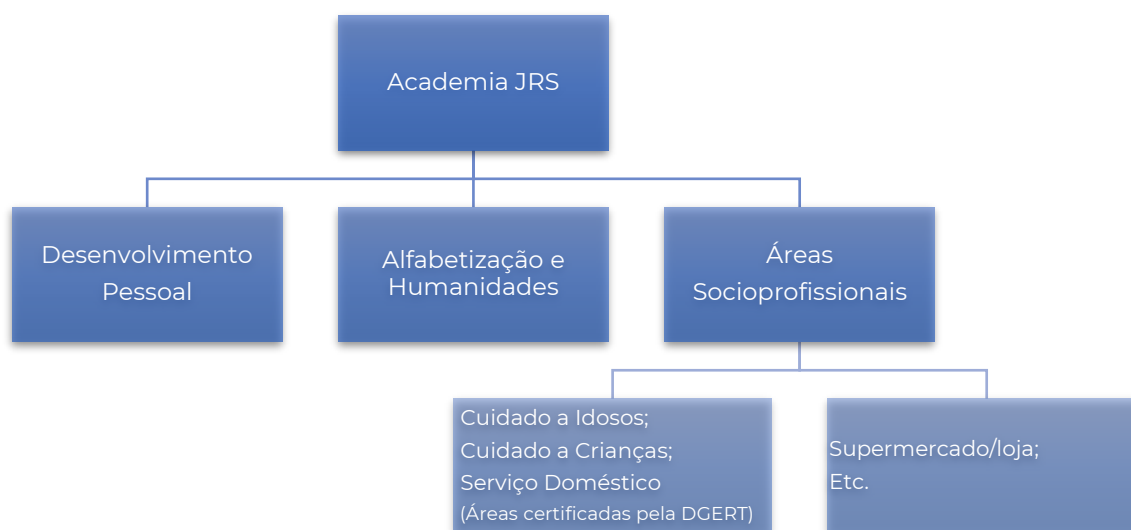


Figura 3 – Academia JRS: Organograma

7.1. Enquadramento

A Academia Formativa, tem como principal objetivo a garantia de um crescimento sustentado apoiando-se, para o efeito, na busca da inovação e criatividade, bem como em padrões de qualidade de formação que assegurem um conjunto de mais-valias para todos os imigrantes e refugiados que procurem este apoio.

A Academia durante o ano de 2019, foi constituída por uma equipa técnica (1 coordenador, 2 professoras de português e técnica social de apoio à gestão dos diferentes projetos) e um grupo de 9 formadores voluntários em diversas áreas de formação que se encontram integrados em projetos específicos.

A estruturação e desenvolvimento das formações dependem essencialmente das entidades financiadoras e das necessidades da população imigrante e refugiada e do mercado de trabalho.

Ao longo do ano de 2019, foram desenvolvidos 5 projetos com enfoque nas seguintes áreas de atuação: alfabetização e humanidades, desenvolvimento pessoal e áreas socioprofissionais.

7.2. Dados estatísticos e atividades desenvolvidas

Ao longo do ano, foram desenvolvidos os seguintes projetos:

Área de Alfabetização e Humanidades

- **“Passo Palavra II”** – Formação de Alfabetização e Iniciação à Língua Portuguesa

- **“WeRI”** – Criação de Materiais Pedagógicos para o ensino da língua do país de acolhimento

A aprendizagem da língua portuguesa constituí uma primeira etapa no processo de integração do imigrante e/ou refugiado em Portugal.

O projeto “Passo Palavra” ofereceu a oportunidade aos imigrantes e refugiados de participarem primeiramente em ações de alfabetização e posteriormente de iniciação à língua portuguesa. Esta transição permitiu adquirir um melhor domínio da língua portuguesa, com vista a facilitar o processo de integração socioprofissional.

Estas ações complementam outras respostas formativas desenvolvidas pela Academia JRS, pois uma vez que tenham um domínio básico da língua poderão integrar as formações com enfoque em áreas socioprofissionais.

Para além da população que solicitou apoio diário na sede do JRS, os residentes do Centro Pedro Arrupe e do Centro de Acolhimento Temporário para Refugiados usufruíram desta resposta formativa.

Em relação à criação de materiais pedagógicos de ensino da língua portuguesa, o projeto WeRI, surgiu como uma oportunidade de desenho e planeamento de aulas de português direcionadas para áreas mais técnicas com vista à integração no mercado de trabalho. Áreas como: Indústria da Construção Civil, Indústria Automóvel, Hotelaria e Restauração e, transversalmente, Competências para a Vida e Cultura no Local de Trabalho.

Estes materiais (<https://we.areone.org/>) foram criados tendo por base o método inovador CLIL e o TBL, os quais apresentam uma metodologia prática, dinâmica e comunicativa, uma vez que são trabalhados os conhecimentos linguísticos através da realização de tarefas.

Área de Desenvolvimento Pessoal e Áreas Socioprofissionais

- **“Especiarias da minha terra”** – Formação de Serviço Doméstico e Cozinha Portuguesa
- **“CRIA”** – Capacitação de Refugiados e Imigrantes da Academia

- **“Work-Up”** – Capacitação de migrantes através do desenvolvimento de formações em diversas áreas



Figura 4 – Academia: Cartazes de Divulgação

Estes três projetos tiveram como objetivo principal promover a aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais para o exercício de uma profissão através de um modelo base de formação.

Cada curso de formação foi constituído por um módulo de desenvolvimento pessoal, seguido de um módulo de formação específica da área de formação complementado por uma formação prática em contexto de trabalho.

A formação de desenvolvimento pessoal constituiu um forte investimento ao nível do autoconhecimento de cada formando, permitindo trabalhar temas como, quem sou eu, eu na relação com os outros e eu na relação com a Natureza.

Foram desenvolvidas formações em diversas áreas como, serviço doméstico com o complemento de cozinha portuguesa; cuidados básicos a idosos; empregado de mesa e balcão; empregado de refeitório e copa; e reposição de loja na área do supermercado.

Cada curso de formação, para além de ser constituído pelo módulo de formação específica da área foi ainda complementado com formações de Técnicas de Procura de Emprego dinamizadas pelo Gabinete de Emprego, vindo desta forma reforçar a análise do perfil do formando junto de eventuais ofertas de emprego.

Foram também dinamizados workshops alusivos aos direitos e deveres dos migrantes por parte do Gabinete Social.

As entidades de formação prática, assumiram um papel muito importante não só para a concretização das formações, como também na elaboração do plano de formação do formando, apoio prestado durante o período de formação prática, articulação com o JRS Portugal ao longo de toda a formação, acompanhamento e avaliação do desempenho do formando, atribuição de um tutor responsável pelo acolhimento, acompanhamento e orientação ao formando e por fim o desenvolvimento de competências pessoais, relacionais, sociais e técnicas em ambiente de trabalho.

Através desta intervenção pretendeu-se facilitar a integração socioprofissional dos imigrantes e refugiados, potenciando a sua empregabilidade e reduzindo a sua vulnerabilidade económica.

A integração profissional promoveu ao imigrante e refugiado a sua dignidade pessoal, participação social e por fim uma maior envolvimento na sociedade de acolhimento, mediante uma maior consciencialização sobre a cultura portuguesa.

É ainda de referir, que através do Projeto “Work Up” foi possível realizar algumas atividades e documentos fundamentais não só ao departamento da Academia, como também para a Instituição:

- Elaboração de um Relatório de Avaliação intercalar do projeto por parte da entidade Stone Soup, que permitiu através da Teoria da Mudança e dos parâmetros internacionalmente acordados no âmbito do CAD/OCDE e da Comissão Europeia, realizar uma análise do projeto a cinco dimensões: relevância, eficácia, eficiência, sustentabilidade e impacto.
- Realização de um Diagnóstico de Necessidades da Instituição e respetivo Plano de Ação com a contratação da entidade Stone Soup.

Apresenta-se abaixo, um quadro resumo com os dados relativos às áreas de formação desenvolvidas ao longo do ano de 2019.

Áreas de Formação	Nº de Cursos desenvolvidos	Nº de Horas totais de Formação	Nº de Horas totais de Formação Voluntários	Nº de formandos	Nº formandos integrados profissionalmente após formação
Alfabetização	7	718h	76h	65	N/A
Iniciação à Língua Portuguesa	7	264h	0h	59	N/A
Serviço doméstico e Cozinha Portuguesa	5	422h	309h	48	32
Cuidados Básicos a Idosos	3	816h	258h	27	16

Refeitório e Copa	3	415h	75h	12	9
Balcão e mesa	1	57h	39h	12	6
Reposição de Loja - Supermercado	1	622h	36h	10	8
TOTAL	27	3314h	793h	233	71

Tabela 8 – Academia: Ações de Formação desenvolvidas

Através do quadro, pode-se constatar que foram realizados 27 cursos de formação que perfizeram 3 314h de formação dinamizadas quer por formadores externos quer por formadores voluntários.

Deste número total de horas, 793h foram dinamizadas exclusivamente por formadores voluntários que de acordo com o valor/h aplicado à atividade de voluntariado (4,76€/h) perfaz o valor total de 3 7774,68€.

Uma vez mais, e de acordo com os dados dos últimos 5 anos da Academia relativamente ao número de migrantes formados em média por ano (230), este ano verifica-se que foram formados 233 migrantes em diferentes áreas de formação.

Em relação à integração profissional, apenas as formações com vista ao exercício de uma profissão foram contabilizadas para analisar os números, tendo-se verificado que dos 109 formados, **71** encontram-se integrados no mercado de trabalho (77%).

7.3. Avaliação Global

Desafios vs Propostas futuras

No âmbito da aprendizagem da língua portuguesa e de acordo com os fluxos migratórios nos últimos anos, a Academia tem vindo a elaborar materiais adequados às necessidades dos imigrantes e refugiados com vista ao desenvolvimento de um modelo estratégico de ensino da língua tendo em conta as diferentes culturas e backgrounds linguísticos.

Relativamente à sustentabilidade da Academia, esta depende exclusivamente de financiamentos aprovados para o desenvolvimento de projetos (duração em média de 1 ano), o que obriga anualmente a procurar diferentes fontes de financiamento. Desenhar projetos com uma maior duração irá permitir uma maior sustentabilidade.

As formações com uma maior carga horária têm permitido aprofundar um maior conhecimento sobre determinadas matérias o que tem proporcionado um maior enriquecimento aos formandos. No entanto, este aumento só tem sido possível porque os financiamentos assim o permitem. Neste sentido, é importante procurar financiamentos que suportem esta despesa.

É igualmente importante, procurar obter condições dignas para os imigrantes e refugiados que participam nas formações, oferecendo para isso o passe para o transporte, subsídio de alimentação e bolsa. É importante referir que 95% dos participantes na formação não possuem Autorização de Residência o que nos impede de candidatar a financiamentos que fazem face a estas despesas;

Por fim, é de referir que se tem procurado entidades, como Institutos e Faculdades que nos possam ajudar a avaliar que impacto e valor a formação que desenvolvemos junto dos imigrantes e ou refugiados assume. Estes dados seriam muito importantes para futuras candidaturas, pois até à data, apenas nos conseguimos basear no impacto ao nível da integração profissional.

8. Acolhimento temporário de migrantes – Centro Pedro Arrupe (CPA)

8.1. Enquadramento

O Centro Pedro Arrupe é um centro de acolhimento temporário para imigrantes em situação de sem-abrigo em funcionamento desde o ano de 2007, dispondo de condições que permitem o alojamento e acompanhamento de todos aqueles que no Centro passam uma parte da sua vida, nomeadamente uma ala social, uma ala para o alojamento de homens, com uma capacidade para 17 utentes e de uma ala para mulheres e crianças, com uma capacidade para 8 utentes. Ao longo da sua permanência no centro, todos os residentes são apoiados na prossecução dos seus projetos de vida, em articulação com a equipa técnica do centro e pelos seus gestores de caso.

8.2. Perfil dos Residentes

O CPA acolheu migrantes económicos (36), 9 estudantes, 8 migrantes que vêm ao abrigo dos acordos de cooperação no domínio da saúde entre Portugal e os PALOP's, 5 requerentes de asilo e 1 retorno voluntário. O número **total de residentes** em 2019 foi de **59 utentes** de **16 nacionalidades** diferentes, sendo as mais representativas: Angolana (16 residentes) e Guiné-Bissau (11 residentes). No entanto, o centro recebeu ainda migrantes oriundos de: República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Roménia, Sri-Lanka, Venezuela, Quénia, Ucrânia, Índia, Cabo-Verde, Moçambique, Marrocos, Bangladesh, Turquia, Moldávia, Marrocos e um apátrida que obteve a nacionalidade Portuguesa.

Dos 59 residentes integrados no centro no ano transato, **43 foram do sexo masculino e 16 do sexo feminino**, com idades compreendidas entre os 19 e os 64 anos, ou seja, em idade ativa para trabalhar. Sendo que a **média de idade dos residentes é de 31 anos**. Por último, referir apenas que foram acolhidas ainda 6 crianças/adolescentes.

- Situação Legal:

Os residentes quando entram no CPA encontram-se maioritariamente em situação irregular: 37 com passaporte e 3 indocumentados. No entanto, denota-se um aumento no que diz respeito à entrada de pessoas com a sua situação regularizada: 13 com AR e 6 com cartão de cidadão.

- Projeto de Vida:

Ao longo do ano de 2019, 33 migrantes concretizaram o seu projeto de vida; 1 saiu sem o concretizar (abandonou o centro), e 3 foram expulsos por uso de substâncias psicoativas. Significa que estes não aderiram ao tratamento ou não aceitaram o

devido encaminhamento efetuado pelo CPA para comunidades terapêuticas. Nestas situações a equipa tem a preocupação de dar uma resposta adequada à necessidade de cada um.

8.3. Principais etapas de intervenção com os residentes:

A seleção dos residentes é atualmente efetuada no gabinete social, onde é desenvolvida uma entrevista específica para entrada no CPA e posteriormente a esta pré-seleção, é efetuada uma segunda entrevista, efetuada pelos técnicos do CPA para validação e seleção do candidato. A motivação e a vulnerabilidade são sempre os dois eixos fundamentais de análise e determinantes para a avaliação do residente.

Durante a permanência dos residentes no Centro a equipa do CPA, promove uma reunião periódica para discussão dos casos, determinando os casos em discussão.

Nesta fase o Centro mantém uma forte presença junto dos residentes, na medida em que promove uma procura ativa de habitação com os residentes e negocia com os senhorios as condições do arrendamento, bem como, há um apoio no apetrechamento do espaço com mobiliário. Importa referir que, o Centro é um espaço que permanece aberto a receber aqueles que saíram com sucesso e que são exemplo para os novos que entram no CPA. Manter o contacto, principalmente durante as refeições e mediante a presença da equipa técnica, promove-se o encontro entre residentes, ex-residentes e técnicos e a socialização que promove o sentido de comunidade entre todos.

- Movimento de entradas saídas

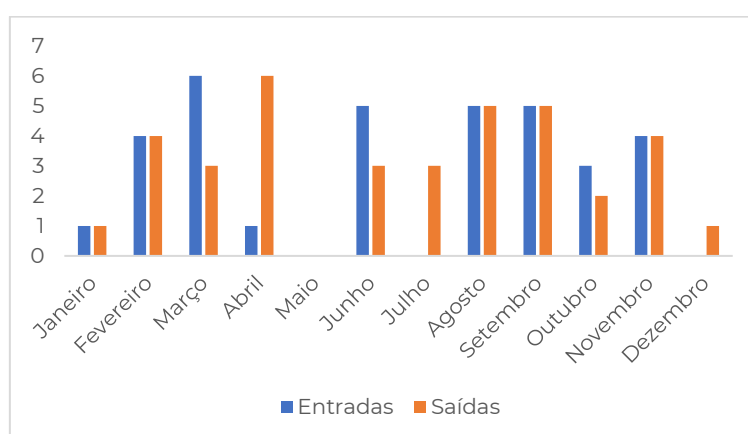


Gráfico 12 – Centro Pedro Arrupe: Entradas e Saídas dos Residentes

A taxa de ocupação do centro foi ao longo de todo o ano de 100%, tendo uma média de 25 residente/mês. Relativamente ao fluxo de entradas (34) e saídas (37) ao longo do ano, denotou-se que nos meses de agosto e setembro foram os meses com maior movimento, com 5 entradas e 5 saídas respetivamente.

- Média de Permanência

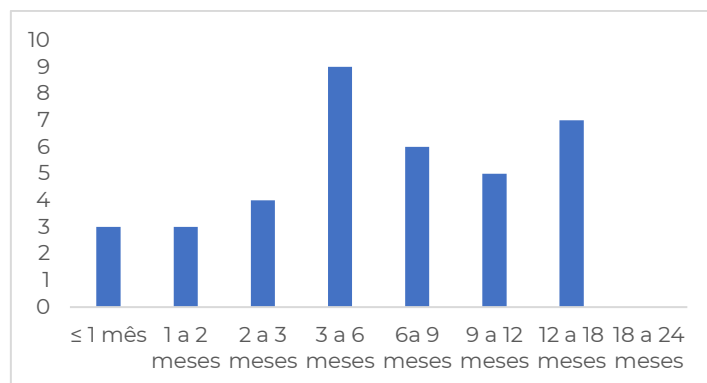


Gráfico 13 – Centro Pedro Arrupe: Tempo de Permanência

A maioria dos residentes que saiu em 2019, residiu no CPA entre 3 e 6 meses. O tempo médio de permanência foi de **7,1 meses**.

- Outras atividades:



8.4. Avaliação Global

a) Do ponto de vista dos residentes

A média de permanência no Centro no ano de 2019, foi de 7 meses. Algo, extremamente difícil dada a morosidade dos processos sócio legais e a dificuldade de encontrar trabalho (em particular para os homens) bem como, encontrar soluções habitacionais para os residentes do CPA.

Destacamos o ponto da habitação como um dos aspetos mais sensíveis para a equipa técnica intervir, dada a dificuldade de encontrar casa a preços acessíveis e a dificuldade de persuasão dos senhorios, face a situações de acolhimento em apartamentos ou quartos de pessoas que por vezes, ainda não se encontram com a situação regularizada em território nacional. Por vezes, os residentes saem do centro com trabalho e com o processo a decorrer no SEF, embora ainda não possuam a respetiva autorização de residência.

Encontramos a resposta a este desafio, através da promoção da relação entre residentes e ex-residentes (casos de sucesso) no CPA. Ou seja, os ex-residentes procuram o centro e visitam-no frequentemente trazendo informação útil, para que os que ainda se encontram no centro possam sair. São estes, na maioria das vezes os principais portadores de ofertas de habitação, ficando a cargo da equipa técnica do CPA apenas a negociação com o senhorio e o respetivo apetrechamento da nova habitação arrendada. Não menos importante é, a informação que nos trazem, os ex-residentes do CPA, que embora já tenham saído do centro e sejam autónomos financeiramente, ainda precisam de um apoio que lhes permita alcançar um projeto de vida estável e sustentável. Nestes casos, o centro ainda é resposta, na medida em que, estes ex-residentes procuram a equipa técnica do CPA, por forma a obterem aconselhamento e orientação, e a manterem/criarem relação entre todos (inclui voluntários). A este fenómeno chamamos promoção da relação em **comunidade**.

Importa ainda referir que o acolhimento de famílias monoparentais, com mais do que um dependente, nomeadamente 1 mãe com filho e neto; 2 mães com dois filhos (sendo que uma delas é mulher de um ex-residente do CPA) coloca a situação de saída, mais complexa, pois é extremamente difícil encontrar quarto para três pessoas e a gestão destes agregados exige à equipa, uma maior capacidade de efetuar mediação familiar, uma vez que a exigência no que concerne à gestão de conflitos entre diferentes membros da família é maior.

Foram ainda desenvolvidas atividades relacionadas com as artes e desporto, nomeadamente loga, Biodanza e Expressão Corporal, no sentido de fomentar a relação entre todos e o bem-estar biopsicosocial.

b) Gestão do Espaço

O Centro sofre frequentemente situações de humidade e infiltrações de água, pelo que o esforço em manter o espaço minimamente condigno e apresentável é uma constante.

Importa referir que a equipa do CPA efetua pinturas anuais em toda a casa, com a ajuda dos residentes do centro e dos voluntários. Frequentemente são trocados os colchões e os roupeiros, recorrendo na maioria das vezes aos doadores e/ou parceiros que concedem material para o efeito.

c) Desafios:

A equipa pretende renovar diversos espaços, pelo que a intervenção nos mesmos, exige não só a definição por etapas das atividades específicas a concretizar, consoante as prioridades, como, encontrar soluções pró-bono ou financiamento para garantir o desenvolvimento das respetivas ações. Como tal, iremos fazer um esforço para atrair doadores, e angariar financiamento para dar início à renovação e aumento dos espaços. Importa referir que as intervenções a este nível, representam ainda um enorme desafio dada a exigência dos parceiros tais como a segurança social.

Pretendemos melhorar o espaço, por forma que seja uma efetiva melhoria na vida daqueles que residem no centro, dado que neste espaço ocorreram mudanças significativas no que respeita:

- à comunicação/ligação com os residentes e ex-residentes, atualmente esta é feita de forma mais ágil e sistemática, mantendo um contacto permanente (24h/dia) com os residentes;
- à forte ligação com a comunidade vizinha residente no bairro onde o CPA se encontra inserido. A título de exemplo, e avaliando o trabalho comunitário desenvolvido no Centro, é importante reconhecer que este teve frutos, uma vez que ao acolhermos quatro membros da comunidade cigana para fazer trabalho comunitário, estes foram uma ajuda no que concerne ao apetrechamento das casas e ao acompanhamento dos residentes do CPA à Junta de Freguesia. Ou seja, com o apoio da equipa técnica do CPA os moradores do bairro conseguiram, dar alguns passos no que respeita ao cumprimento de regras e integração. Tendo em conta que um dos nossos voluntários é da comunidade cigana e desenvolve trabalho de mediação no bairro, e que são desenvolvidas atividades de forma sistemática com o grupo de crianças ciganas que desenvolvem pinturas juntamente com os filhos menores dos nossos residentes, faz-nos sentido, dar seguimento a estas e outras atividades no futuro.

9. Atividade psicossocial com os migrantes detidos (UHSA)

9.1. Enquadramento

O Centro de Instalação Temporária denominado Unidade Habitacional de Santo António (UHSA), no Porto, abriu em 2006. Nesse mesmo ano, foi celebrado o Protocolo de Colaboração entre o Ministério da Administração Interna/Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS Portugal), a Organização Internacional para as Migrações e os Médicos do Mundo para acompanhamento do funcionamento desse espaço.

Dando execução ao Protocolo, o JRS Portugal alocou dois técnicos para acompanhamento dos migrantes em detenção administrativa proporcionando apoio psicossocial e jurídico. O JRS Portugal é ainda responsável por acompanhar a presença de voluntários e participar nas atividades desenvolvidas.

O objetivo primordial da nossa atividade é promover a dignidade dos migrantes durante o período de detenção.

9.2. Dados estatísticos e atividades desenvolvidas

Em 2019, foram instalados **144** migrantes, dos quais 15 eram menores.

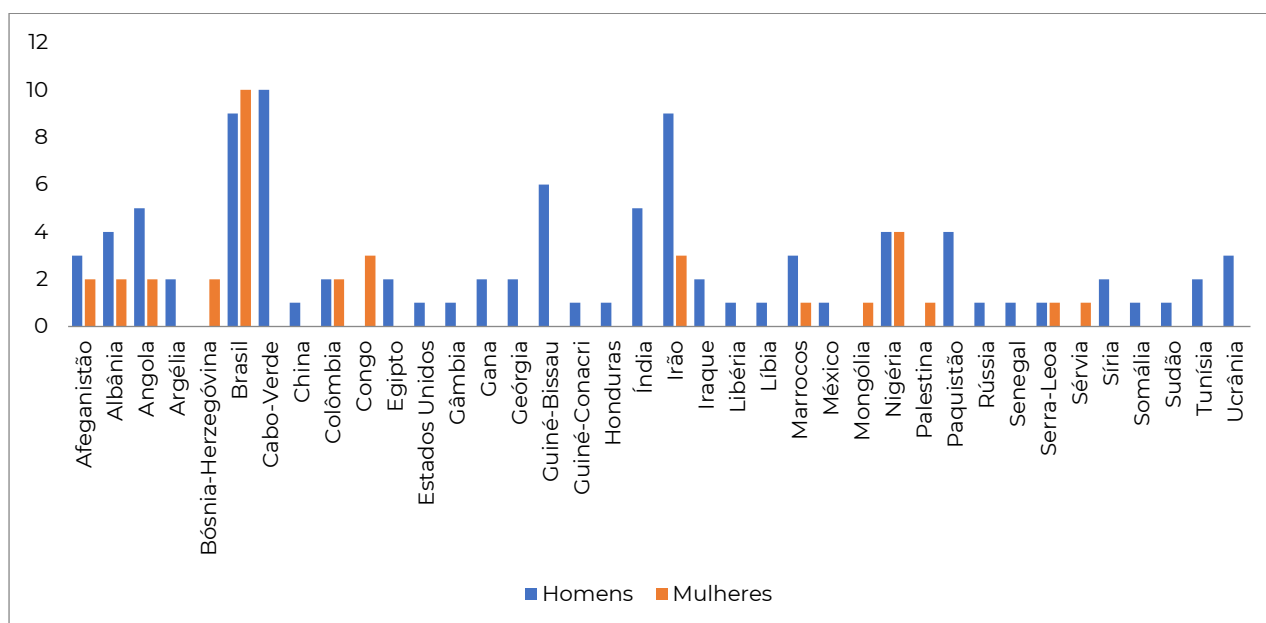


Gráfico 14 – UHSA: Distribuição Geográfica e por Género

Da análise do gráfico resulta que os países com mais cidadãos detidos são o Brasil (20), Irão (14) e Cabo-Verde (10). Dos 144 migrantes detidos, 92 foram homens e 37 mulheres.

No gráfico abaixo estão retratadas as nacionalidades dos menores detidos, sendo que três foram detidos desacompanhados. O intervalo de idade foi de 6 meses a 17 anos.

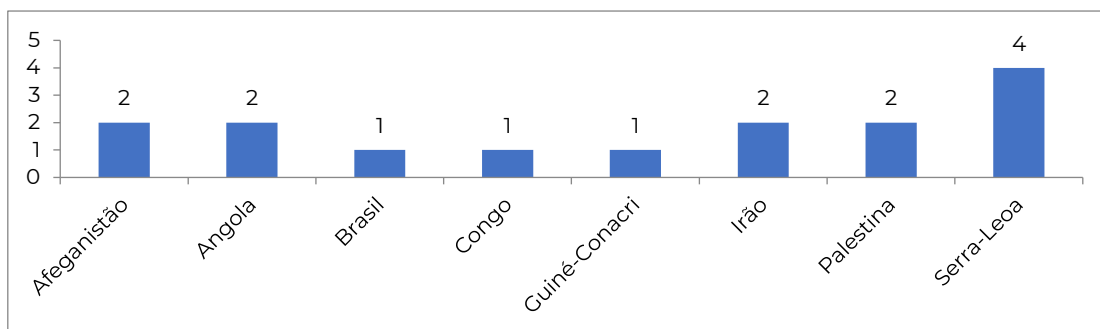


Gráfico 15 – UHSA: Menores por nacionalidade

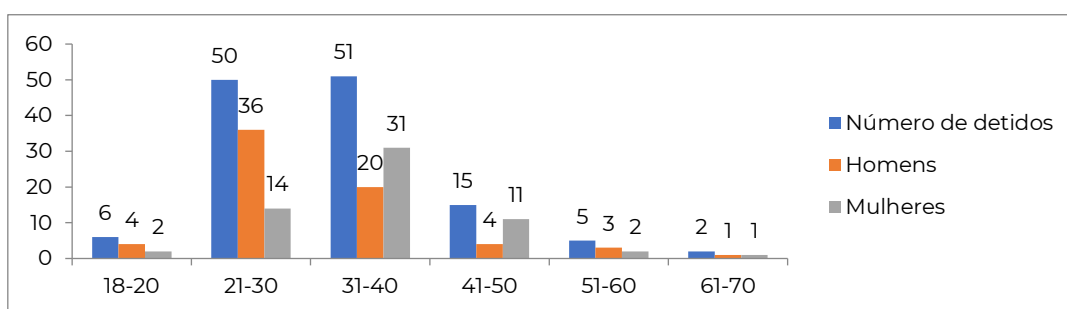


Gráfico 16 – UHSA: Idades

Entre os adultos instalados, o intervalo de idade ficou entre os 18 e os 69 anos. O intervalo de idade mais representativo foi dos 21 aos 40 anos, com um total de 101 detidos.

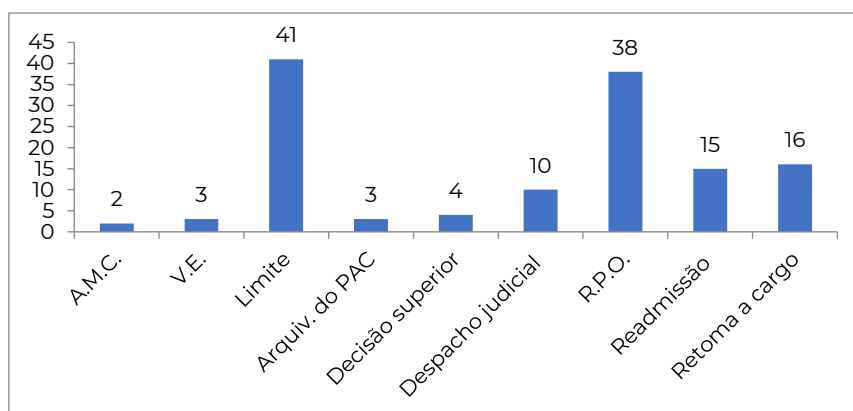


Gráfico 17 – UHSA: Tipo de fim de instalação¹

¹ A.M.C – Alteração da medida de coação;
V.E – Emissão de visto especial de entrada em território nacional;
Limite – Limite de instalação;
Arquiv. do PAC – Arquivamento do processo de afastamento coercivo;
R.P.O- Retorno ao país de origem;

Da análise dos dados resulta que das 38 nacionalidades representadas, apenas em 14 se verificou a saída para retorno ao país de origem. Os países com este tipo de saída são Albânia (3), Angola (5), Argélia (1), Brasil (14), Cabo-Verde (3), Colômbia (2), Estados Unidos da América (1), Geórgia (2), Guiné-Bissau (2), Índia (1), Nigéria (2), Paquistão (1) e Rússia (1). Isto significa que os migrantes possuíam documentação de identificação pessoal.

Os 41 detidos que atingiram o limite de instalação distribuem-se por 21 nacionalidades e podem dividir-se em duas categorias. Em primeiro lugar, referimos os que pediram asilo em Portugal (10), nacionais da Albânia (2), República Democrática do Congo (2), Gâmbia (1), Guiné-Bissau (1), Guiné-Conacri (1), Iraque (1), Senegal (1) e Sudão (1). Em segundo lugar, estão os migrantes que o SEF não conseguiu identificar (23), nacionais da Nigéria (1), Paquistão (2), Senegal (1), Sérvia (1), Síria (1), Tunísia (1), Gana (2), Índia (1), Irão (9), Iraque (1), Libéria (1), Marrocos (1) e México (1).

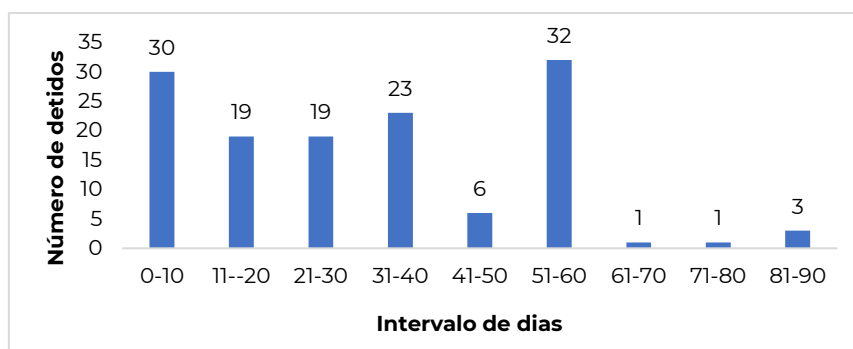


Gráfico 18 – UHSA: Tempo de Permanência

O tempo médio de instalação foi de 31 dias, sendo o mínimo 1 dia e o máximo 89 dias.

Creemos que esta média podia ser alterada para um valor inferior se o SEF libertasse os migrantes que não será possível identificar, quer porque os próprios não colaboram na sua identificação, quer porque não há informações partilhadas pelas polícias europeias, quer ainda porque os países de origem não colaboram na identificação dos seus nacionais.

Destacamos, porém, duas situações de dois migrantes sírios. Um, apesar de estar identificado e, portanto, ser possível a decisão do Processo de Afastamento Coercivo ser a do envio ao país de origem

9.3. Atividades Desenvolvidas:

As atividades desenvolvidas estão ilustradas na tabela abaixo.

Atividade	Resultados obtidos
Acompanhamento Psicosocial	Foram efetuados 576 atendimentos. A média de atendimentos por detido é de quatro.

	Foram efetuados 300 acompanhamentos psicológicos. Foram efetuados 16 acompanhamentos médicos externos, para estabelecimentos de saúde (Maternidade, Hospitais Públicos, Centros de Saúde, Centro de Respostas Integradas e Centro de Diagnóstico Pneumológico). Foram efetuados 8 encaminhamentos no final do tempo de permanência para o Conselho Português para os Refugiados, Centro Pedro Arrupe e Segurança Social.
Apoio logístico	Foram efetuadas compras para 60 detidos (produtos de higiene, alimentação, roupa, telemóveis, cartões telefónicos, envio de cartas).
Diagnóstico médico inicial	89,5% dos detidos foram consultados pelos Médicos do Mundo.
Apoio Jurídico	Envio de requerimentos à Segurança Social para obtenção de proteção jurídica – 17 Pedidos concedidos – 17 Realização de 120 diagnósticos de detenção Explicação do enquadramento legal da detenção 1º contacto com os defensores oficiais nomeados ou com os advogados constituídos
Apoio económico à saída	Foram apoiados 30 detidos. Montante total entregue 980€.
Dinamização de atividades de carácter lúdico e pedagógico	Lanche da Páscoa Festa de Halloween Celebração de aniversários Atividades desportivas – 2 vezes por semana Magusto Festa de Natal
Voluntários	Dinamização de atividades de carácter lúdico e pedagógico (aulas de Língua Portuguesa)
Detention Visitors Support Group (DVSG)	Esta ação de formação decorreu entre 4 a 7 de Junho e teve a participação de 33 colaboradores e voluntários dos seguintes países: Croácia, Kosovo, Reino Unido, Bélgica, Espanha, Roménia, Macedónia, Malta, Irlanda, Itália, Luxemburgo e JRS Europa. Tema: Developing Resilience in Detention

Tabela 9 – UHSA: Atividades Desenvolvidas em 2019

9.4. Avaliação Global

a) Principal problema encontrado

Destacamos duas situações:

Continua a não ser claro quem é o responsável por assegurar a presença de intérpretes para que os defensores oficiais possam comunicar de forma efetiva com os detidos. O SEF assegura a presença destes técnicos para as suas notificações, mas essa presença não se verifica quanto aos defensores oficiais.

Também não foi ainda possível assegurar a realização de reuniões com a Comissão de Acompanhamento, previsto no regulamento interno do centro de detenção. Esta situação leva a que muitas das questões que se colocam no nosso trabalho diário não sejam devidamente analisadas, discutidas e resolvidas. As reuniões de equipa, com periodicidade mensal, entre todos os outorgantes do Protocolo de Colaboração não devem ser consideradas como substituindo o trabalho da Comissão.

b) Principal desafio

Identificamos como principais desafios para 2020, a finalização da revisão do regulamento interno do centro e a realização das sessões de trabalho da Comissão de Acompanhamento.

10. Projeto Mediadores Municipais Interculturais (PMMI)

10.1. Enquadramento

O Projeto Mediadores Municipais e Interculturais resultou do diagnóstico da realidade e necessidades das comunidades ciganas e migrantes. Congrega diversos territórios, comunidades, entidades, em particular as entidades parceiras: Associação de Solidariedade e Ação Social de Ramalde, Espaço T – Associação para Apoio à Integração Social e Comunitária, Associação de Ludotecas do Porto, JRS – Portugal (Serviço Jesuíta aos Refugiados), é coordenado pelo Município do Porto e visa responder a problemas de não integração destas populações.

Procura empoderar aqueles que por circunstâncias socioeconómicas e culturais estão em situação de vulnerabilidade/exclusão, recorrendo à mediação intercultural como metodologia de aproximação às populações e entidades locais, aprofundando, por esta via, o diálogo intercultural entre estas comunidades e a cidade, gerando territórios mais inclusivos.

A mediação intercultural adota uma perspetiva transversal, tendo como princípios aglutinadores a promoção da interculturalidade, a não discriminação e a igualdade de oportunidades, integrando áreas específicas, tais como – a Educação; a Cultura; a Saúde, a Habitação, a Empregabilidade, entre outras.

10.2. Dados estatísticos das atividades desenvolvidas

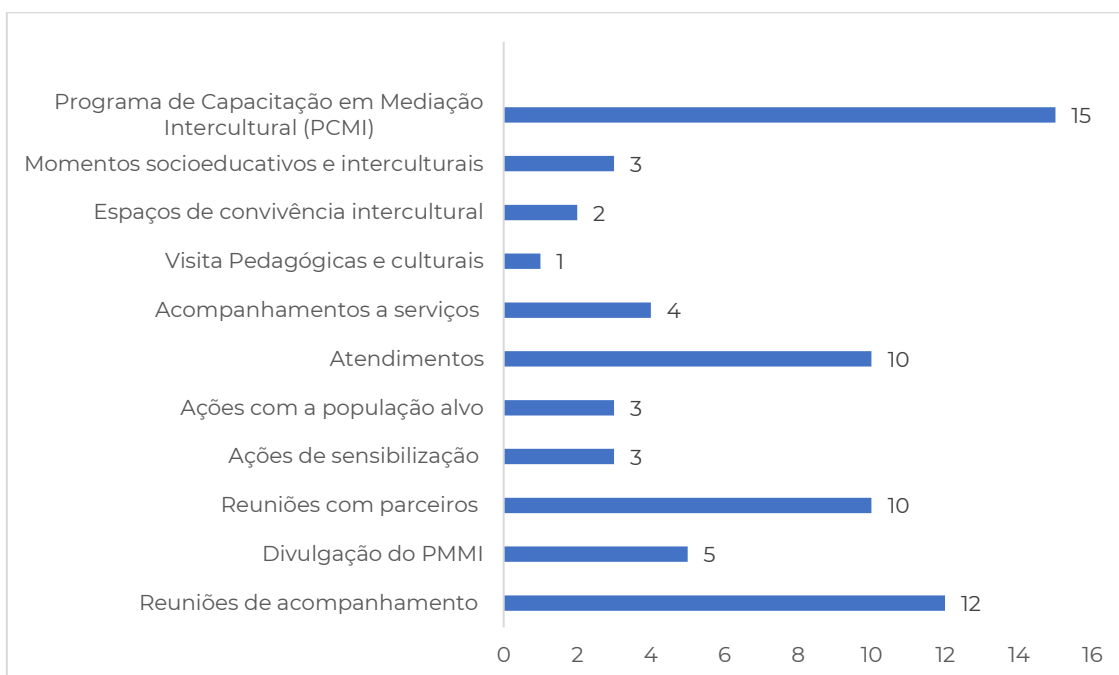


Gráfico 19 – PMMI: Total de ações executadas em 2019

10.3. Avaliação Global

c) Principal problema encontrado

O Projeto apresentado visa uma intervenção numa área que **carece de maior investimento no Concelho do Porto**, no que diz respeito à Mediação Intercultural entre Comunidades Migrantes e Ciganas, com vista a dar resposta a problemas sociais complexos associados à integração efetiva das populações residentes no Município do Porto. A discriminação social, a violência e opressão continuam a estar patentes nas dinâmicas inter-relacionadas com estas populações, tal como indicado no Diagnóstico prospetivo da Região do Norte 2014-2020, relativamente às populações Roma e Migrante (CCDRN, 2013). O Concelho do Porto é um distrito particularmente afetado pela desigualdade e precariedade social. No que concerne a processos de vitimização contra grupos étnicos ou imigrantes, verifica-se uma acentuada desigualdade social, discriminação e racismo, sendo as mulheres estrangeiras, ciganas e refugiadas, as principais vítimas de estigma, estereótipos e preconceitos.

d) Principal problema resolvido

O pluralismo crescente na nossa sociedade como uma das principais razões da afirmação da Mediação como metodologia inovadora e complementar a outras na integração social. As alterações profundas na sociedade, em termos da sua organização, das suas condições e dos seus valores (Silva, 2010), fazem aumentar a solicitação por novas formas de intervenção e interação entre os cidadãos. A Mediação tende a situar-se próxima de abordagens que a entendem como um método ou uma técnica disponível para resolver conflitos, ou próxima de abordagens que encontram nela potencialidades de intervenção social. Deste modo visa-se gerar uma nova cultura de Mediação, sendo esta fruto de uma mudança assente nos princípios da Mediação, como a não-violência, a participação, a inclusão e a coesão. A afirmação deste modelo colaborativo pode constituir um quadro protetor para uma nova forma de estar, de viver e de fazer sociedade, sendo que ainda existe um longo caminho a percorrer.

e) Principal desafio

Este projeto assume toda a relevância na adoção de uma perspetiva transversal, que cruze, de uma forma integrada as problemáticas específicas e previamente diagnosticadas: educação, da saúde, da habitação e do mercado de trabalho, no sentido de dar resposta às necessidades dos grupos privilegiados pela intervenção que tantas vezes coincidem com as situações de vulnerabilidade, risco e exclusão social. **A metodologia de intervenção pela Mediação**, definida como uma efetiva tecnologia social, tem por finalidade “dotar de poder”, aqueles que por circunstâncias

socioeconómicas e culturais se encontram em situação de alguma exclusão. A Mediação Municipal e Intercultural apresenta potencialidades para uma transformação social inclusiva, mas que se encontra ainda à procura da sua valorização, reconhecimento e estatuto definido de forma a legitimar a sua intervenção.

11. Acolhimento de refugiados – Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR)

11.1. Enquadramento

A Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR) nasceu em setembro de 2015, num contexto de chegada de refugiados à Europa para a qual a sociedade portuguesa se sensibilizou profundamente desde o primeiro momento.

Este contexto levou à mobilização de mais de 350 entidades da sociedade civil que deram origem à PAR, com um firme compromisso de: criar, através de um modelo colaborativo e concertado, uma resposta comunitária de apoio aos refugiados, tanto nos países de trânsito como em Portugal, país de chegada.

Além da experiência de acolhimento direto, a PAR conta também com mais de 120 voluntários, e de dois anos e meio de trabalho de apoio no campo de refugiados grego de Kara Tepe e em Atenas, junto das pessoas que aguardam ainda a sua vez para serem recolocados noutro país e reconstruírem as suas vidas em paz e em segurança.

A Coordenação da PAR foi assumida no final de outubro de 2018 por um novo membro, JRS Portugal – Serviço Jesuíta aos Refugiados, mantendo a missão sólida nos princípios levaram à sua fundação: construir comunidades de hospitalidade, promover uma cultura de acolhimento e de integração de famílias de refugiados na sociedade portuguesa.

11.2 Dados estatísticos e atividades desenvolvidas

Para o desenvolvimento da sua missão, a PAR procura envolver cidadãos e instituições em três eixos de intervenção:

- a) PAR Famílias: acolhimento e de integração de famílias de refugiados
- b) PAR Sensibilização: Promover e reforçar a tolerância, a igualdade e não discriminação, a diversidade e a solidariedade
- c) PAR Linha da Frente: apoiar o acolhimento de refugiados noutros países sob maior pressão, através da colaboração com instituições parceiras a operar no terreno.

Durante o ano de 2019 tivemos chegadas de novas famílias ao abrigo do novo programa de reinstalação 2018-2019 (da Turquia e do Egipto), e da recolocação espontânea dos refugiados resgatados pelos barcos humanitários, no Mediterrâneo.

PROGRAMA	PESSOAS	TOTAL
Recolocação	7 pessoas (3 famílias): 3 crianças 4 adultos	78 pessoas (18 Famílias) 41 crianças 37 adultos
Reinstalação	71 pessoas (15 famílias) 38 crianças 33 adultos	

Tabela 10 – PAR: Total Acolhimento da PAR

Relativamente às novas famílias acolhidas, pudemos identificar dois perfis de famílias significativamente diferentes: as famílias acolhidas no âmbito do Programa de Reinstalação 2018-2019 que são, na sua maioria, de origem síria ou iraquiana; e famílias acolhidas na sequência de resgate pelos barcos humanitários no mar Mediterrâneo, que vêm ao abrigo de programa de recolocação, e, na sua maioria, são oriundas de países africanos. É também relevante destacar que, estas famílias apresentam alguns critérios de vulnerabilidade a que somam os desafios ao acolhimento.

Estas famílias foram acolhidas por **13** Instituições Anfitriãs com experiência anterior no acolhimento de outras famílias na PAR, e **2** Instituições Anfitriãs a acolher pela primeira vez.

Durante o período entre novembro de 2018 e dezembro de 2019, tivemos as seguintes vicissitudes:

	TOTAL PESSOAS	TOTAL FAMÍLIAS
Número de pessoas a iniciar o programa	78 pessoas	18 Famílias
Abandonos do país	6 pessoas	1 Família
Saídas da PAR (mudança de Instituição de acolhimento)	4 pessoas	1 Família

Tabela 11 – PAR: Ponto de situação da PAR no âmbito da Reinstalação

Tendo em conta os números expostos nos pontos anteriores, os números totais de acolhimento da PAR são, até 31 de dezembro de 2019, os seguintes:

Período	Pessoas	Famílias
2015-2019	756 (381 crianças e 375 adultos)	162

Tabela 12 – PAR: Número total de acolhimento da PAR

11.3 Avaliação Global

a) Principais problemas encontrados

- Atraso dos documentos das Famílias acolhidas (em ambos os programas vigentes);
- Habitação, tanto no âmbito do acolhimento como na fase de Autonomização das Famílias;
- Sustentabilidade financeira do acolhimento levado a cabo pelas Instituições Anfitriãs.

b) Principais problemas resolvidos

- Gabinete de habitação foi uma resposta criada pelo JRS para apoio à procura de habitação autónoma para as Famílias acompanhadas;
- Proposta de novo modelo de acolhimento que beneficie e promova a formação e autonomização das Famílias de Refugiados acolhidas.

c) Principal desafio

- Gestão de expectativas das Instituições Anfitriãs e também as expectativas das Famílias acolhidas.

12. Acolhimento de refugiados - Centro de Acolhimento Temporário de Refugiados (CATR)

12.1. Enquadramento

No final de 2015, a Câmara Municipal de Lisboa iniciou um Programa Municipal de acolhimento de requerentes de asilo recolocados no município de Lisboa. Este programa de 18 meses prevê três fases: Acolhimento, Integração e Autonomia de refugiados. A primeira fase corresponde ao acolhimento, por um período previsto de 3 meses, no Centro de Acolhimento Temporário para Refugiados (CATR). A segunda fase inicia com a saída do refugiado do CATR e o alojamento em habitações apoiadas e partilhadas se forem indivíduos sozinhos. A terceira fase corresponde àquela em que o refugiado está em autonomia ou apoiado em casa própria.

O JRS Portugal, a convite da CML, assumiu a responsabilidade do acolhimento e acompanhamento dos refugiados no CATR.

O edifício do CATR, situado na Alameda das Linhas de Torres, em Lisboa, foi objeto de obras de remodelação para o acolhimento de refugiados.

12.2. Dados estatísticos e atividades desenvolvidas

Durante o ano de 2019, a equipa do JRS Portugal presente no CATR acompanhou um total de 52 pessoas, com uma idade média de 23 anos e com um tempo de permanência médio no CATR de 8,2 meses.

Total Pessoas	Número Máximo Pessoas mensal	Idade Média	Tempo de Permanência Médio	Tempo de Permanência Máximo	Tempo de Permanência Mínimo
52	31	23	8,2	14,4	1,6

Tabela 13 – CATR: Números gerais 2019

Relativamente às habitações autónomas do JRS Portugal para acolhimento de famílias, ao longo do ano de 2019, a equipa técnica acompanhou 8 famílias (32 pessoas), com uma dimensão média de agregado familiar de 4 pessoas. No que se refere às famílias, a equipa acompanhou 8 famílias (num total de 32 pessoas), com um tempo de permanência na habitação de 26 meses.

Total Famílias	Total Pessoas	Dimensão do Agregado Familiar Média	Tempo de Permanência Médio	Tempo de Permanência Máximo
8	32	4	26	30

Tabela 14 – Habitações Autónomas JRS Portugal: Números gerais 2019

No que se refere às nacionalidades das pessoas acompanhadas pela equipa, estas são de países da África e do Médio Oriente, como se pode verificar nos mapas seguintes:

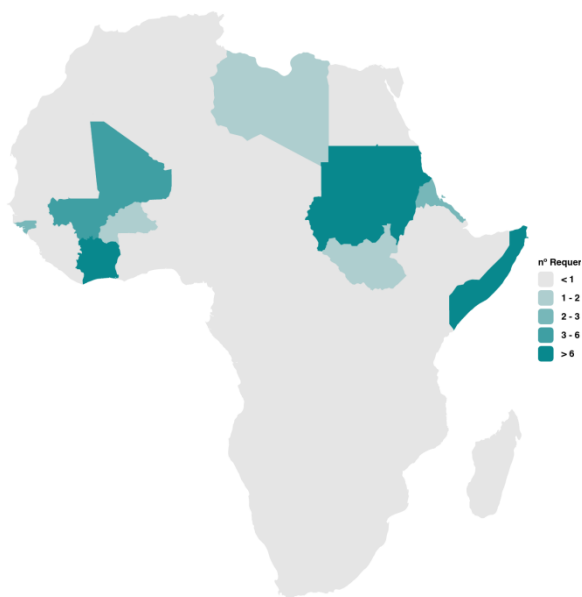


Figura 5 – CATR: Nacionalidades representativas de África



Figura 6 – CATR: Nacionalidades representativas do Médio Oriente

As atividades principais no acolhimento a refugiados no CATR, são de acolhimento, diagnóstico e acompanhamento desde a chegada ao aeroporto até à saída para casa.

- a) Preparação dos espaços, acolhimento no Aeroporto, preparação de bens essenciais, Triagem médica, inscrição e acompanhamento na saúde, Introdução á língua Portuguesa, Orientação Cultural e atividades lúdicas, serviços de interpretação.

a. Saúde Física – Fluxograma do apoio prestado na Saúde Física

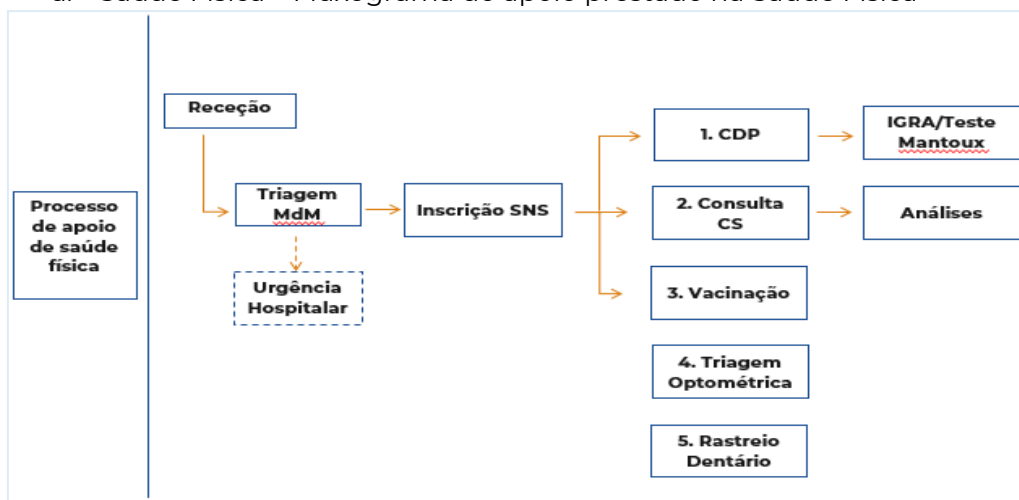


Figura 7 – CATR: Fluxograma de apoio prestado na Saúde Física

A equipa técnica do CATR efetuou, como se pode verificar no gráfico abaixo, um total de **484 acompanhamentos** ao longo do ano de 2019.

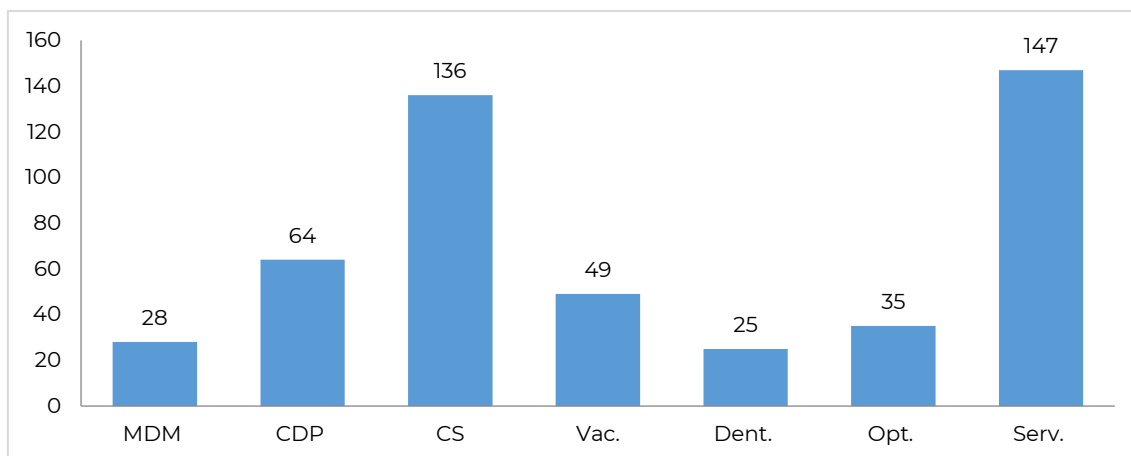


Gráfico 20 – CATR: Acompanhamentos efetuados ao nível da saúde física

b) Após o primeiro acolhimento, e em paralelo com as outras atividades, realizam-se Diagnóstico Psicossocial, Triagem Saúde Mental, acompanhamento em grupo e individual com vista à capacitação e definição do projeto de vida e se necessário, tradução de documentos, acompanhamento Psicológico.

a. Processos de apoio saúde mental

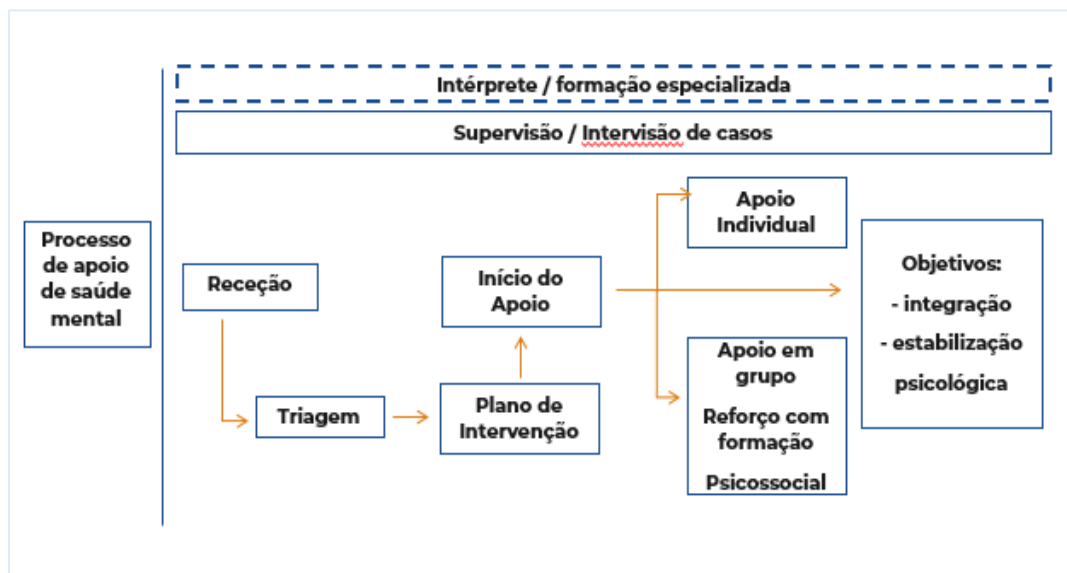


Figura 8 – CATR: Fluxograma de apoio prestado na Saúde Mental

No que se refere ao acompanhamento na Saúde Mental, a equipa técnica realizou um total de **587 eventos** ao longo do ano de 2019.

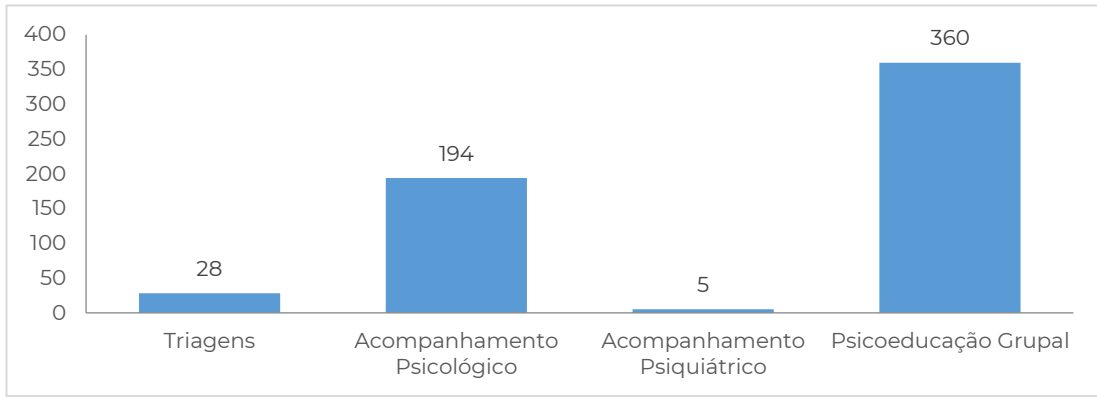


Gráfico 21 – CATR: Acompanhamentos efetuados ao nível de Saúde Mental

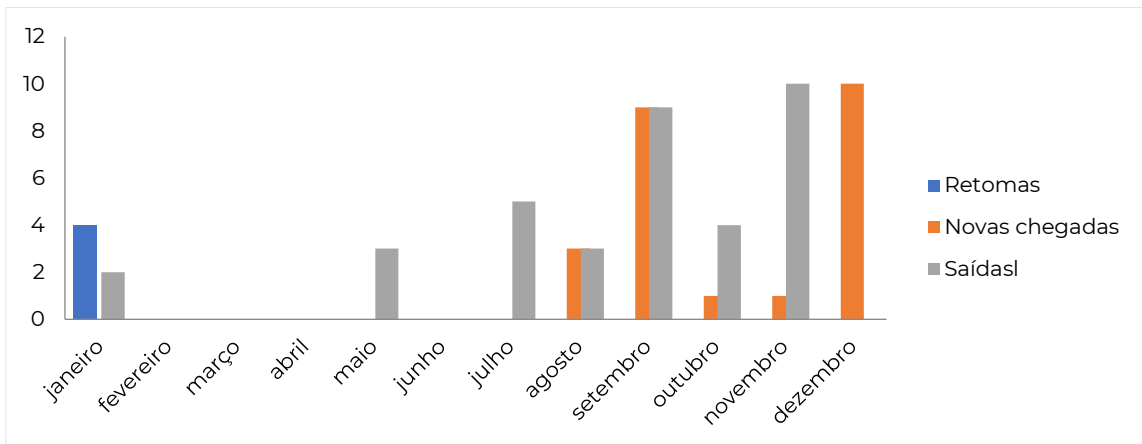


Gráfico 22 – CATR: Fluxo de entradas e saídas no ano de 2019

As entradas e saídas revelam a impossibilidade de mais acolhimentos sem existirem saídas para habitação autónoma.

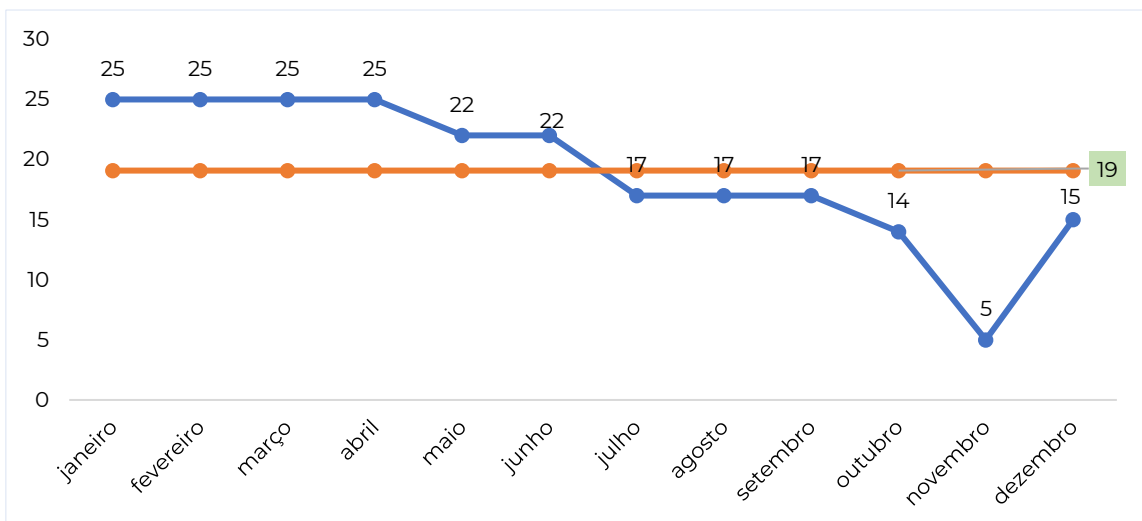


Gráfico 23 – CATR: Ocupação média mensal do CATR 2019

A ocupação média é o resultado das permanências e entradas menos as saídas durante cada mês do ano.

12.3. Avaliação Global

d) Principal problema encontrado

Violência Doméstica com crianças e adolescentes envolvidas. A violência doméstica é um fenómeno ainda mais grave na população refugiada, por estar mais isolada, na cultura, na língua e sem redes de suporte.

No CATR

Centro com números superiores à capacidade, com permanências muito longas devido a atrasos na saída para habitação autónoma temporária, levou a aumento de dificuldades na gestão de espaços comuns no quotidiano do centro, principalmente para as famílias.

Nas casas

Habitação insuficiente no mercado e com condições de acesso muito difíceis para os refugiados. Dificuldade em manter procura de autonomia no difícil equilíbrio entre os apoios concedidos após programa e o crescente custo de vida em Lisboa.

e) Principal problema resolvido

No CATR

Maior vulnerabilidade de um utente pessoa significou defender a permanência no centro de modo manter um acompanhamento mais próximo nas várias dimensões o que permitiu construir autonomia mais sustentável.

Nas casas

Proteger uma mãe sozinha, provendo rapidamente apoio psicológico, procurando e encontrando creche para o filho foi essencial e significou a emancipação da mãe com a entrada na faculdade e o aumento das possibilidades de integração.

f) Principal desafio

Em casos de maior vulnerabilidade, como violência doméstica, é necessária uma resposta mais abrangente, à família como um todo. Torna-se necessário assumir mais o processo, servir de referência para a família nos comportamentos e recursos e para as entidades, nos seus vários papéis e responsabilidades de forma a garantir o acompanhamento correto e em tempo útil.

13. Acolhimento de refugiados - Centro de Transição de Refugiados (CTR) de Évora

13.1. Enquadramento

Em janeiro de 2019, O Centro de Transição de Refugiados de Évora, abriu, com a missão de apoiar o acolhimento da Plataforma de Apoio aos Refugiados no programa de Reinstalação da Turquia e do Egipto e responder o melhor possível às necessidades das famílias.

Ao longo do ano de 2019 o Centro acolheu 14 famílias, no total de 57 pessoas. É assegurado o acompanhamento psicossocial: triagem psicológica, inscrição nos serviços públicos, diagnóstico de necessidades e desenho do plano de vida, cuidados de saúde e aulas de português. O Centro conta também com o apoio de voluntários que dinamizam atividades que complementam a aprendizagem do português, bem como desporto e animação.

No final do período de permanência no Centro é realizado um relatório social onde é discriminado com detalhe as diligências efetuadas nos serviços, a avaliação de saúde, a avaliação psicológica, a avaliação do nível de português, a avaliação escolar (quando as crianças frequentam a escolaridade obrigatórias) e o projeto de vida da família. São anexados todos os documentos complementares e o relatório é partilhado com a PAR e com a Instituição de Acolhimento.

O CTR deu resposta não só a famílias do programa de Reinstalação, como também a famílias provenientes dos Barcos Humanitários, e situações de emergência a cidadãos já acolhidos pela PAR e já acolhidos nas Instituições.

13.2. Dados estatísticos e atividades desenvolvidas

Total Famílias	Total Pessoas	Nº Voluntários	Nº Eventos realizados	Nº Eventos convidados
14	57	8	5	3

Tabela 15 – CTR Évora: Números gerais de 2019

As principais atividades realizadas ao longo do ano, pelo CTR, foram desenvolvidas para garantir o melhor acompanhamento e a melhor resposta às famílias acolhidas, bem como sensibilizar a sociedade civil para a temática dos refugiados.

As atividades têm quatro eixos de ação:

- **Parcerias:**
 - Pastoral Universitária dos Jesuítas, que apoiou o CTR nos contactos com voluntários e em ações de sensibilização;

- Grupo CVX de médicos, integrante da Pastoral Jesuíta Universitária de Évora com o objetivo de sensibilizar para a necessidade de voluntários parceiros do CTR sempre que necessário, no sector da saúde;
 - Câmara Municipal de Évora, que apoia no acesso a transporte para podermos ir buscar as famílias com agregados maiores, nas chegadas ao aeroporto, bem como facilidade de acesso ao ATL da câmara no verão e acesso à cultura (EX: museus/igrejas);
 - ARS Alentejo para garantir e melhorar o acesso aos documentos de saúde dos refugiados provenientes da OIM Turquia, no sentido de facilitar o encaminhamento destes para o centro de saúde e acelerar consultas e intervenções médicas quando necessário;
 - Cruz Vermelha Portuguesa – delegação de Évora, no apoio da equipa de psicólogos, que pudesse acompanhar alguns dos nossos utentes.
 - Médicos do Mundo, a fim de garantir a primeira triagem médica a todas as famílias, nos primeiros dias da chegada, bem como apoio sempre que necessária uma intervenção;
 - Paróquia de Nossa Senhora da Saúde na doação de vestuário;
 - Colégio Salesiano de Évora, no apoio com voluntários e cedência de espaço para atividades com os utentes, bem como projeto com turma de 10º ano.
- **Encontros de Sensibilização em Escolas**, no sentido de promover a abertura, por parte dos alunos e corpo docente, às famílias acolhidas no CTR e facilitar a inclusão no ensino:
 - Escola Básica Pinhal de Frades (Seixal) no âmbito da semana dos direitos humanos, com um testemunho sobre a experiência da PAR linha da Frente e do acolhimento no Centro de Évora, com enfoque nas crianças refugiadas
 - Escola da Malagueira em Évora, integrado na semana das migrações, onde foi elaborado uma apresentação sobre o Centro de Évora e testemunho de vida de um refugiado que contou a sua experiência de integração em Portugal.
 - Colégio Salesiano de Évora, onde foram dadas aulas de sensibilização e formação no sentido de desenvolver um projeto de voluntariado e parceria com uma turma de 10 ano. A turma recebeu as famílias acolhidas num dia de focado para integração através do desporto.

- **Eventos na Cidade**, com especial enfoque na comunidade de Évora, mas também nos técnicos dos serviços, a fim de partilharmos boas-práticas e resolução de entraves:
 - Associação ao evento de “Acção de Sensibilização a agentes locais” realizado pela OIM em Évora, onde participámos na partilha de boas-práticas a estreitamento de relações com atores locais nas diferentes áreas de intervenção - saúde, educação, acompanhamento técnico, emprego.
 - “À conversa com refugiados”, no casarão em Évora, demos a conhecer o trabalho no centro e da PAR linha da frente, bem como testemunhos de refugiados sobre o seu percurso até à chegada a Portugal e a sua integração no país.
 - Jornadas da Saúde dos Migrantes” em Évora, onde demos testemunho de boas-práticas e dificuldades no acesso à saúde por parte das famílias refugiadas. Procura de soluções conjuntas para os bloqueios e constrangimentos que possam surgir.
- **Voluntariado**
 - Realização de inúmeras atividades com a equipa de voluntários do CTR, dentro e fora do centro, com as crianças e adultos, em diferentes áreas.

13.3. Avaliação Global

- **Principal problema encontrado**

O principal problema encontrado é a diminuição do número de Instituições de Acolhimento disponíveis e como consequência o tempo de espera superior a 3 meses para a transição.

A saúde mental dos utentes e a grande dificuldade em conseguirmos compreender profundamente qual a melhor intervenção com cada um. Foi transversal a todos os grupos o cansaço emocional e a dificuldade em ir ao encontro das suas expectativas.

- **Principal problema resolvido**

Acesso aos Serviços e sucesso na Transição para as Instituições de Acolhimento, que permitiram dar a melhor resposta às necessidades e projeto de vida das famílias.

- **Principal desafio**

Criar uma base de confiança com cada um dos utentes e permitir que a intervenção seja a mais construtiva possível e cumpra com o objetivo de integração em Portugal; Responder a situações de emergência o melhor possível em casos como violência doméstica ou doença mental.

14.Acompanhamento de refugiados – Gabinete de Habitação

14.1. Enquadramento

O Gabinete de Habitação surge como resposta a uma necessidade evidenciada no contexto do trabalho levado a cabo pela Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR). Um dos atuais problemas verificados relativamente ao acolhimento de refugiados em Portugal prende-se com a sua autonomia no contexto do final do programa de acolhimento, observando-se uma dificuldade crescente na procura de habitação duradoura para as famílias acompanhadas pelas várias instituições anfitriãs espalhadas pelo país. Essa autonomização e saída das casas disponibilizadas pelas instituições, permitirá que a mesma instituição possa acolher uma nova família, garantindo assim uma maior capacidade de acolhimento. Neste sentido, este gabinete tem como objetivo auxiliar na procura de casa e mediar situações onde se verifique intervenção do JRS para garantir o acesso digno a soluções de habitação.

14.2. Dados estatísticos e atividades desenvolvidas

Assim, no período correspondente, o Gabinete de Habitação efetuou contactos com os refugiados que se encontram à procura de habitação para identificar as necessidades de alojamento. Nestes meses encontravam-se a ser acompanhados 4 agregados familiares para procura de habitação, num total de 13 pessoas, da população refugiada que se encontra em final de programa de acolhimento. Diariamente são feitas pesquisas em sites de aluguer de imóveis e contactadas ofertas concordantes com as necessidades e possibilidades de pagamento das pessoas refugiadas interessadas. São partilhadas com os refugiados todas as possibilidades de visita a imóveis. Foram realizadas 5 visitas a casas no contexto de procura de habitação, tendo os refugiados sido acompanhados por uma técnica do gabinete. Neste período conseguiram-se integrar 2 agregados em habitação independente.

Após os contactos que foram sendo realizados com os senhorios, foi possível identificar vários e gravíssimos obstáculos à colocação de refugiados em casas disponíveis no mercado (ex: preconceito por parte dos senhorios, antecipação de rendas, exigência de fiador).

Iniciou-se a conceptualização de materiais de apoio ao Gabinete – minutas de contrato de arrendamento traduzidas; esboços de manual do inquilino, onde se expõe os direitos e deveres do mesmo; carta de apresentação do gabinete e de protocolo de cooperação com os utentes, de modo a facilitar as relações entre senhorios e os inquilinos refugiados.

Deu-se ainda início à recolha de informação e estudo das ofertas públicas de habitação (a nível nacional e da cidade de Lisboa). No contexto do surgimento dos novos programas testou-se a aplicabilidade dos novos programas à população alvo, sendo que os mesmos não se adaptam, pois, as exigências relativas aos rendimentos não se coadunam com as circunstâncias das pessoas acompanhadas pelo gabinete.

De forma a melhor conhecer a situação atual no contexto do mercado privado do arrendamento, e tendo em conta a impossibilidade de alocar ofertas em base de dados para efetuar uma listagem interna, conceptualizou-se uma recolha mais detalhada das exigências pedidas neste meio a fim de fazer um estudo relativo ao acesso à habitação.

O gabinete participou também numa sessão aberta sobre a temática da habitação levada a cabo por uma associação de imigrantes (Casa do Brasil), cujo objetivo se focava na partilha das dificuldades sentidas no contexto do acesso à habitação e no levantamento de informações que demonstrem ser importantes para todos o que procuram casa.

14.3. Avaliação Global

- **Principal problema encontrado**

Os números de visitas e de famílias integradas em habitação permanente mostram-se bastante mais reduzidos que o esperado, tendo-se verificado que a tendência do aumento dos preços de arrendamento tem também sido acompanhado por uma tendência crescente de exigências feitas por parte dos senhorios e agências imobiliárias que se encontrem a mediar o arrendamento.

Como referido anteriormente, o mercado de arrendamento encontra-se bastante saturado, onde a oferta privada de apartamentos a preços acessíveis para as famílias acompanhadas constitui uma parte muito diminuta da oferta atual. Verifica-se que um dos principais problemas no contexto do acesso à habitação se prende com a falta de fiador, sendo muitas vezes exigido que o mesmo seja de nacionalidade portuguesa. Para além destas exigências, verificamos que os baixos rendimentos das famílias condicionam o acesso mesmo a casas que se encontrem dentro das suas possibilidades, pois proprietários tendem a preferir alugar a quem tem maiores garantias.

- **Principal problema resolvido**

Tendo em conta a complexidade dos problemas associados à procura de habitação, o trabalho levado a cabo pelo gabinete tem-se focado em entender melhor o mercado privado de forma a conseguir estabelecer soluções que se adequem a esta realidade. No entanto mostra-se relevante evidenciar a importância do envolvimento dos

técnicos em questões de mediação no contexto da negociação dos contratos de arrendamento conseguidos, tendo ainda um papel importante na articulação com as demais entidades envolvidas no processo.

- **Principal desafio**

O principal desafio de Gabinete neste momento é conseguir encontrar soluções de habitação duradoura, para lá da oferta privada. Como referido anteriormente, a equipa tem-se focado também em fazer recolha de boas praticas levadas a cabo noutros países, e em conceber projetos que possam responder às necessidades habitacionais das pessoas acompanhadas.

15. Comunicação

15.1. Enquadramento

No ano de 2019, a equipa do Gabinete de Comunicação sofreu algumas alterações, nomeadamente: integração de um designer em regime de part-time e a trabalhar remotamente em fevereiro; saída de um dos membros da equipa e consequente alteração de coordenação em agosto; e a entrada de um novo recurso humano para apoiar o Gabinete de Comunicação e o Gabinete de Advocacy.

Também no início de 2019, o JRS Portugal passou também a estar presente no Instagram.

O reforço da equipa veio facilitar a prossecução dos objetivos do Gabinete de Comunicação para 2020:

- Dar visibilidade à missão e ao trabalho do JRS Portugal através dos meios disponíveis;
- Articular o apoio à parte visual dos outros Gabinetes, criação de conteúdos e divulgação através dos nossos canais;
- Melhorar o apoio à parte visual dos outros Gabinetes, criação de conteúdos e divulgação através dos nossos canais;
- Aumentar a presença na Internet e nas Redes Sociais para uma maior divulgação da nossa missão.

15.2. Dados estatísticos e atividades desenvolvidas

Colaboração com o Gabinete da Academia

Em 2019 o projeto Work Up aproximou muito o trabalho da Academia e da Comunicação. O Gabinete de Comunicação criou uma página web para este projeto (<http://www.jrsportugal.pt/workup/>). Ainda durante o ano a Academia e principalmente este projeto foi uma das principais fontes de conteúdos para as nossas redes sociais.

Campanha do IRS

Este ano a Campanha do IRS seguiu o lema “Para quem tem de recomeçar do 0, basta 0.5”. A integração de uma designer em fevereiro permitiu que todos materiais fossem feitos “em casa”. Em comparação com a campanha do ano anterior foi registado um decréscimo do total angariado. Alguns *posts* desta campanha foram patrocinados.

Campanha das Eleições Europeias

Em parceria com a agência de comunicação McCann, foi realizada uma grande campanha de sensibilização a um voto responsável nas Eleições Europeias. Foram construídos materiais digitais e físicos. Alguns conteúdos desta campanha foram patrocinados para a alavancagem da mesma.

Ainda no âmbito desta campanha foi organizado um encontro na Fábrica Braço de Prata que reuniu jornalistas, eurodeputados e pessoas com histórias de migração para debaterem o tema e criar sensibilização.

Esta campanha criou um grande tráfego para os nossos canais de comunicação.

Campanha Dia Mundial do Refugiado

No Dia Mundial do Refugiado o Gabinete de Comunicação organizou uma campanha de sensibilização no âmbito do projeto Somos Voz que contava com a participação de três refugiados que respondiam à pergunta “Se o Mundo inteiro te pudesse ouvir, o que dirias?”

Aniversário do JRS

No dia do Aniversário do JRS, o Gabinete de Comunicação celebrou os 27 anos do JRS em Portugal com a construção de materiais de Comunicação. Tanto de comunicação interna como de comunicação nas nossas redes sociais.

Aniversário Centro Pedro Arrupe

Em julho foi organizado o Aniversário do CPA. Um trabalho do CPA onde o Gabinete de Comunicação também participou na organização, na construção de materiais de divulgação.

Dia Internacional dos Migrantes

Dia 18 de Dezembro, o Gabinete de Comunicação deu apoio à publicação do Livro Branco desenvolvido pelo Gabinete de *Advocacy*.

Natal

No Natal o Gabinete de Comunicação deu apoio à organização da festa de Natal nomeadamente no embrulho dos presentes, na recolha de cabazes e no agradecimento feito posteriormente aos patrocinadores.

Rebranding

Em maio o JRS Internacional mudou a sua identidade visual. O Gabinete de Comunicação construiu todos os materiais, *templates*, documentos digitais e físicos necessários seguindo as novas normas gráficas.

A divulgação do novo logo foi também feita nas nossas redes sociais nomeadamente Facebook, Instagram, Newsletter e Site que rapidamente mudaram a sua apresentação.

Participação em diversas conferências

O JRS participou em várias conferências durante o ano para sensibilizar a sociedade civil para o tema Asilo e Migrações, em escolas, Universidades, encontros com outras entidades ou reuniões com os partidos políticos e mais recentemente com a Secretaria para as Migrações.

Materiais de divulgação para outros Gabinetes

O Gabinete de Comunicação desenvolveu vários materiais de suporte para os outros Gabinetes para apoiar a divulgação do mesmo nomeadamente para a Academia onde construiu vários diplomas, roll-ups do projeto WorkUp e telas do projeto Especiarias da Minha Terra.

- Outras atividades e/ou grupos

Comunicação com o JRS Europa

Participação em dois Communication Taskforce para debater a comunicação institucional do JRS Europa com a participação dos Gabinetes de Comunicação e de Advocacy dos vários países.

Ainda com o JRS está a ser desenvolvido um projeto de sensibilização às escolas que envolve muita comunicação em conjunto com os diferentes países parceiros. Para além das viagens feitas a Bruxelas, foram também feitas muitas chamadas por skype para uniformizar a comunicação do projeto.

Apoio a Atividades gerais da Equipa

Organização e publicação do Relatório de Atividades e do Plano de Atividades, são documentos escritos pelas várias equipas e a comunicação constrói uma peça só com todos os *inputs*.

Durante o ano o Gabinete de Comunicação organizou, para todas as conferências, uma apresentação Power Point para servir de apoio ao orador.

- Presença nos Media

Meios Próprios

- Newsletter digital

A Newsletter assumiu, em 2019, uma periodicidade mensal, sendo enviada no final de cada mês. Os conteúdos são enviados a 829 subscritores e tem em média uma abertura de 40.2%. Em relação ao ano passado o JRS teve mais 50 subscritores.

- Facebook

No fim do ano a página do JRS Portugal tinha 5695 gostos. Este número representa um crescimento em relação ao ano passado de 23,6%. Todos os *posts* que foram promovidos financeiramente tiveram obviamente mais alcance e maior retorno dos que circularam organicamente.

- Youtube

O Gabinete de Comunicação investiu na produção de conteúdos audiovisuais partilhando-os no seu próprio canal de Youtube e usando as outras redes sociais para o divulgar. Durante o ano de 2019 foram publicados 6 vídeos e o que teve mais visualizações foi feito em parceria com a agência de comunicação McCann em março. “O teu voto tem poder” conta até à data com 380 visualizações.

- Instagram

Em 2019 o JRS estreou-se no Instagram. Uma nova rede social, um novo desafio. No fim do ano a página do JRS Portugal tem 1237 seguidores, 123 publicações e segue 289 contas. Ainda não sendo possível apresentar comparações, podemos apenas dizer que as alturas de pico foi logo o início e as Eleições Europeias.

Meios Externos

O JRS participou em inúmeras entrevistas em canais de televisão, rádio.

Escreveu dois artigos para o Observador, um na altura das Eleições Europeias e um segundo em agosto sobre os barcos do mediterrâneo.

Em dezembro entrou de uma grande reportagem ao Público onde alertou para os principais problemas e as respetivas soluções e publicou o livro branco.

Participou também várias vezes no programa da Antena 1, SOS Refugiados onde teve tempo para abordar variados temas.

- Projetos

CHANGE

O CHANGE é um projeto que visa a sensibilização da comunidade escolar essencialmente alunos entre os 13 e os 18 anos. Este projeto iniciou em 2019 e tem a duração de três anos. Durante o primeiro ano, os objetivos do projeto foram todos

compridos, desde a tradução dos materiais, à elaboração de uma base de dados das escolas em Portugal. Este projeto está sob a coordenação do JRS Europa e tem como parceiros mais 8 países (Espanha, Hungria, Croácia, Itália, Malta, Bélgica, Holanda e Irlanda).

SOMOS VOZ

O Somos Voz é um projeto apenas do JRS Portugal que visa capacitar os migrantes (refugiados ou imigrantes) com técnicas de *storytelling* e comunicação positiva. Durante o ano foram dadas o número de formações previstas no projeto bem como a gravação do vídeo que assinalou o Dia Mundial do Refugiado.

15.3. Avaliação Global

A maior dificuldade de 2019 foi a reestruturação da equipa em agosto/setembro, a qual colocou novos desafios ao ficar a equipa com uma menor afetação dos recursos humanos para as necessidades de trabalho existentes.

A maior conquista foi a campanha das Eleições Europeias, trouxe muito tráfego orgânico aos nossos canais e criou uma grande visibilidade para as nossas redes sociais. Foi uma boa alavancagem para a conta de Instagram recém-criada e que assim quase não precisou de um patrocínio para se tornar visível.

O principal desafio deste ano foi o conseguir atrair mais pessoas para as nossas redes sociais sem ter um serviço de Analytics que nos permita conhecer o nosso público alvo bem como um budget anual de promoção de publicações.

16. Advocacy

16.1. Enquadramento

O Advocacy do JRS tem como função primordial defender os valores do JRS, que são, essencialmente, o respeito pelos direitos humanos dos migrantes vulneráveis.

O nosso objetivo, a longo prazo, é a alteração da realidade (legal ou administrativa) num sentido mais respeitador dos direitos humanos.

Tipicamente, essa defesa é feita com um foco estrutural. Identifica violações estruturais (sistemáticas) dos direitos humanos, depois identifica as suas causas estruturais e, finalmente, utiliza meios estruturais para corrigir essas causas. Exemplificando: primeiro o gabinete de apoio social direto aos nossos utentes identifica recusas sistemáticas (ilegítimas) na atribuição de um direito, depois no Advocacy identificamos que a causa estrutural dessas recusas é a omissão de orientações ministeriais aos serviços administrativos tutelados e, então, finalmente, expomos a questão ao Ministério e/ou à sociedade e exigimos uma intervenção.

Em 2019 ampliámos o tipo de Advocacy realizado, focando-nos também nos meios individuais (não estruturais) de influenciar a realidade. Pegando no exemplo acima: em vez de nos focarmos apenas no Ministério, focamo-nos também no serviço administrativo que concretamente nega o direito, fazendo um acompanhamento individual dos utentes na reivindicação do seu direito junto desse serviço, recorrendo, se necessário, aos Tribunais, em representação dos nossos utentes. É a chamada litigância estratégica, que também tem o objetivo estrutural de alterar a lei ou a prática administrativa lesiva do direito do migrante, mas através do efeito estrutural que determinados casos individuais podem ter.

16.2. Dados estatísticos e atividades desenvolvidas

- 68 atendimentos jurídicos a utentes do Gabinete Social;
- Elaboração e publicação do “Livro Branco sobre os Direitos dos Imigrantes e Refugiados em Portugal – problemas práticos e soluções”;
- Organização de reportagem no Público sobre o Livro Branco e entrevista de utentes;
- No âmbito do movimento das associações de defesa de imigrantes, tivemos reuniões com os grupos parlamentares do PS, PSD, BE, PP, PCP, Verdes e Livre;
- No âmbito do movimento das associações de defesa de imigrantes, coorganização de debate entre os partidos candidatos às eleições legislativas, sobre as temáticas migratórias;

- Compilação e publicação dos compromissos políticos referentes a questões migratórias presentes nos programas eleitorais dos partidos candidatos às eleições legislativas;
- Apresentação de perguntas aos candidatos a eurodeputados;
- Carta aberta aos candidatos a eurodeputados;
- Outubro comunicado sobre a rejeição no Parlamento Europeu de resoluções de reforço do salvamento de refugiados no mar mediterrâneo – análise dos votos dos eurodeputados portugueses;
- Publicação de artigo de opinião no Observador sobre a situação dos barcos de resgate no mediterrâneo;
- Comunicado sobre proposta de criação de visto de residência temporário;
- Artigo de opinião no observador sobre a importância da composição partidária do Parlamento Europeu para a vida dos refugiados (maio 2019);
- Participação no Conselho Consultivo do Mecanismo Nacional de Prevenção Contra a Tortura;
- Prestação de informações para o projeto Statelessness Index;
- Participação em Conferência da ECRE/PICUM sobre o futuro Quadro Financeiro Plurianual;
- Participação em três programas do programa de rádio “SOS Refugiados”;
- 30 setembro, concentração pelos direitos dos migrantes em frente ao MAI, Esta concentração, criada em conjunto com várias outras organizações, tem como objetivo denunciar as questões que atrasam o processo de integração dos migrantes em Portugal
- Participação em duas reuniões entre os gabinetes de advocacy e comunicação dos JRS ´s europeus

16.3. Avaliação Global

Principal problema encontrado: Compilar dados internos para fins de advocacy.

Principal problema resolvido: relação de proximidade entre a comunicação e o Advocacy.

Principal desafio: maior impacto mediático do trabalho do JRS e relação com o meio académico.

17. Nota final

O JRS Portugal tem vindo a diversificar as suas áreas de atuação em diversos domínios no apoio aos mais vulneráveis na área das migrações, contribuindo assim para dar a todos estes seres humanos uma vida mais digna.

À semelhança de anos anteriores, a atividade do JRS Portugal tem vindo a crescer fortemente e demonstra uma grande dedicação e profissionalismo de uma equipa sempre empenhada, onde se incluem os colaboradores remunerados, bem como os vários voluntários que todos os dias tornam a missão do JRS em ação junto de todas as pessoas que deslocadas dos seus países de origem esperam por uma nova e melhor oportunidade.

O Relatório e Contas agora apresentado demonstra a contínua preocupação do JRS Portugal em desenvolver a sua atividade de uma forma realista e equilibrada. O aumento de rendimentos que se tem verificado ao longo dos anos reflete o esforço que o JRS Portugal tem vindo a fazer para conseguir financiar a sua atividade, cada vez mais ativa e abrangente, apresentando as suas contas referentes ao ano de 2019 com um resultado líquido positivo. Por outro lado, temos sempre subjacente a preocupação de não aumentar os gastos num valor que não seja coberto pelas receitas angariadas.

A preocupação pela Sustentabilidade continuará a constituir uma das maiores preocupações da Direção do JRS. Continuaremos a desenvolver esforços para que possamos obter fontes de financiamento mais diversificadas e otimizar a utilização dos recursos existentes no funcionamento do JRS Portugal, para que possamos dar continuidade à missão a que nos comprometemos.

A Direção deixa uma palavra de grande reconhecimento e apreço a um conjunto de Entidades que acreditam na ação do JRS Portugal e nos ajudam a manter a nossa missão, nomeadamente:

- Aos nossos associados e benfeitores, pelo grande contributo que deram à atividade do JRS Portugal;
- Aos colaboradores e voluntários, por toda a dedicação e trabalho desenvolvido;
- Às Instituições e Organismos Oficiais com quem o JRS Portugal trabalhou em Parceria;
- Às Instituições e empresas privadas que se dispuseram a ajudar, de uma forma desinteressada, o JRS Portugal.

18 de março de 2020

A Direção

Domingos Alberto Rodrigues de Freitas, Sj

Francisco Maria Sasseti da Mota, Sj

Nuno Filipe dos Reis Marques

João Martins Barata Lima

José António de Almeida Barreiros

Anexo: Parcerias 2019

Área	Parceiro	Serviço
Gabinete Social	BUS	Bens de Utilidade Social - Social
	Refeitório Rosália Rendu – FCSVP	Alimentar - Social
	Centro Social e Paroquial do Campo Grande	Vestuário - Social
	Associação de Pais das Escolas da Alta de Lisboa	CLAIM
	O Ninho	CLAIM
	Associação Abraço	CLAIM
	Associação Espaço Mundo	CLAIM
	Joaquim Chaves Saúde	Análises - Saúde
	IMAG e Hospital da Ordem Terceira	ECDT - Saúde
	Clínica Médica e Diagnóstico Alto do Lumiar	Saúde
	Farmácias	Medicamentoso - Saúde
Gabinete de Emprego	Associação Infanta D. Mafalda	Contratação de utentes referenciados pelo gabinete de Emprego
	Lar da Travessa	
	Lar Saramago & Vicente	
	Lar Azáfama do Conforto de Santo André	
	Grupo Jerónimo Martins	
	Restaurante Lenita	
	Restaurante Dom Abade	
	Quinta do Brejo	
	SASNOVA	
	Betão & Taipa	
	Centro Paroquial Social da Pena	
	Centros Hospitalares de Lisboa	
	Hospital Beatriz Ângelo	
	Hospital de Cascais	
	Centros de Saúde	
	Naturidade	
	Multitempo	Comunicação de processos de recrutamento em aberto e contratação de utentes acompanhados no gabinete de emprego que correspondam ao perfil pretendido.
	Trivalor	
	Manpower	
Teleperformance		
Globaltemp		
Sellbytel		
Academia	CML (financiador)	“Passo Palavra II”
	Entidades de Execução física: IPAV; Pjump; Coneqt; CNaG.	“WeRI”
	ACPP (formação prática de cozinha portuguesa)	“Especiarias da minha terra”
	ACPP (formação prática de cozinha portuguesa)	“CRIA”
	Entidades de Formação Prática: UNISELF (área refeitório e copa), Casa Nossa Senhora da Vitória (área cuidados a idosos); Jerónimo Martins (área reposição de loja/supermercado)	“Work-Up”

	Parceiros de apoio à execução física: Associação Aguiense e Caritas Norge;	
CPA	Jerónimo Martins	Apoio Alimentar- apoia diretamente com duas refeições diárias para o CPA (almoço e jantar)
	Banco Alimentar	Apoio alimentar- com produtos para pequeno almoço e lanche
	Banco De Bens Doados	Apoia com produtos de higiene e vestuário
	Banco de Utilidade Social	Apoio com Mobiliário
	Segurança Social	Apoio Financeiro
	Mães da Av Roma	Mobiliário
	Centro de loga de Alvalade	loga
	Museu Nacional da História Natural e da Ciência	Visitas Culturais e Formação
	APSOV	Participação Comunitária
	Jardim Botânico da Ajuda	
	Gertal	
Espírito da Sabedoria	Formação na área da segurança (dois residentes integrados)	
UHSA	Protocolo de Colaboração	Médicos do Mundo
		Organização Internacional para as Migrações
	Santa Casa da Misericórdia do Porto	Roupa
Mediadores Porto	Segurança Social	Apoio à integração de Refugiados espontâneos
	Centro Cultural Islâmico do Porto	Apoio religioso e social às comunidades muçulmanas
	GIP da SEIVA - Associação ao Serviço da Vida - GIP Imigrante	Apoio à empregabilidade de imigrantes
	Aabp - Associação Atlântico Brasil em Portugal	Apoio aos imigrantes brasileiros
	Código Simbólico - Associação Sociocultural	Associação Cultural, inserção e integração das comunidades imigrantes em Portugal.
	Associação Plano I - Para a igualdade e Inclusão	promoção da igualdade em todas as esferas da vida social
	Engenho e Obra Associação para o desenvolvimento e cooperação	Melhorar a qualidade de vida das populações de países fragilizados, criando condições que permitam aumentar a sua autonomia através de projetos integrados de engenharia.
	CAS – Centro de Alojamento Social	Alojamento de emergência a imigrantes em especial vulnerabilidade
PAR	Lift	Parceiro de gestão para meios de comunicação social: gestão de contactos com imprensa para divulgação do trabalho desenvolvido nos três eixos da PAR.
	Maera	Parceiro de apoio ao desenvolvimento de planos de negócio para migrantes e refugiados
	Meeru	Parceiro no desenvolvimento de atividades lúdicas
CATR	Médicos do Mundo	Saúde
	ARS Lisboa Norte	Saúde
	Clínica Dentária Medialcare	Saúde

	UPOOP, Clínica Optometria	Saúde
	COP	Atividades/ Desporto
	GoFit	Atividades/ Desporto
	Teleperformance	Emprego
	Interaves	Emprego
CTR Évora	Casarão – Pastoral Universitária Jesuíta	Voluntários e Sensibilização da sociedade civil.
	Médicos do Mundo	Primeira triagem médica, aquando da chegada ao Centro.
	Cruz Vermelha Portuguesa	Consultas de acompanhamento psicológico aos utentes do CTR.
	Paróquia Senhora da Saúde	Doação de vestuário
	Câmara Municipal de Évora	Cedência de transportes para o CTR utilizar em diligências com os utentes; Apoios e descontos no acesso a monumentos e espaços culturais; Acesso a ATL da câmara no verão para os utentes.
	Colégio Salesiano de Évora	Cedência de espaço para atividades com os utentes; apoio nas aulas da turma do 10º ano; voluntários, Vaga no ATL de verão para utentes.

Anexo: Projetos JRS Portugal 2019

#	Designação	Financiador	Área	Data Início	Data Fim
1	Área de Atendimento e Acompanhamento de Migrantes - Sede do JRS Portugal	Segurança Social	Centro de Atendimento	01/10/2019	Renovável
2	Área de Atendimento e Acompanhamento de Migrantes - CPA	Segurança Social	CPA	01/05/2006	Renovável
3	Área de Atendimento e Acompanhamento de Migrantes	SEF	UHSA	13/02/2006	Renovável
4	CLAIM Santa Clara	CML/ FAMI	Gabinete Social	01/09/2017	31/08/2020
5	Gabinete Especializado de Apoio à Empregabilidade	FAMI	Gabinete de Emprego	01/07/2018	31/12/2020
6	We Are One (WeRI)	Erasmus +	Academia	15/09/2017	14/03/2020
7	Passo Palavra II	FAMI	Academia	01/07/2018	31/12/2020
8	CRIA – Capacitação para Refugiados e Imigrantes da Academia	FACES - Fundação Montepio	Academia	01/11/2018	31/12/2020
9	CATR	FAMI/CML	CATR	08/03/2018	31/12/2020
10	Aviso 20 – Asilo	FAMI	PAR; CATR	01/07/2017	31/12/2020
11	Programa Arrupe: Comunidades de Hospitalidade	FAMI	CTR Évora; PAR;	01/10/2018	31/12/2020
12	PMMI	CM Porto	Mediação Porto	01/04/2019	31/03/2022
13	TPC	Caixa Social	Gabinete de Emprego; Academia	01/10/2019	30/09/2020
14	Somos Voz	FAMI	Gabinete de Comunicação	01/01/2019	31/12/2022
15	TEACH/CHANGE	FAMI	Gabinete de Comunicação	01/01/2019	31/12/2021
16	Work Up	Fundação Calouste Gulbenkian	Academia	01/03/2019	30/12/2020
17	Programa Arrupe – Mapa para a Integração de Refugiados	FAMI	PAR; CATR; Gabinete de Habitação	01/01/2019	31/12/2022
18	Especiarias da Minha Terra	Fundação CEPESA	Academia	01/01/2019	30/12/2019
19	Share Integration	International Catholic Migration Commission	PAR	01/02/2018	31/12/2019